Entrada na Mesa
Data 28/5/2025
Hora 15h40
...O Presidente...

ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente

Proposta de Lei nº 13/VI (2ª)

Código da Recuperação e Insolvência

RELATÓRIO E PARECER

ÍNDICE

I – RELATÓRIO

1. ENTRADA, ANÚNCIO, ADMISSÃO E BAIXA À COMISSÃO.
2. DESIGNAÇÃO DO RELATOR
3. CONTEXTUALIZAÇÃO GENÉRICA DA INICIATIVA – ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO
4. CONTEXTUALIZAÇÃO GENÉRICA DA INICIATIVA - PRÁTICAS ATUAIS e o CONTEXTO DA REFORMA
   4.1. Retrato Breve sobre as Práticas Atuais
   4.2. O Contexto da Reforma – Breve Caracterização
5. CONTEXTUALIZAÇÃO GENÉRICA DA INICIATIVA- AS BASES PARA UM SISTEMA DE INSOLVÊNCIA EM TIMOR-LESTE
   5.1. O Quadro Legal
   5.2. O Quadro Institucional
6. BREVE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE LEI
   6.1. Assunções sobre a Relevância de um Sistema de Insolvência para Timor-Leste
   6.2. Os Traços Essenciais do Regime de Insolvência
   6.3. A Tramitação Processual
   6.4. Outros Aspetos Importantes do Processo
   6.5. Incidentes Processuais
   6.6. Processos de Insolvência Estrangeiros
   6.7. Arranjo Sistemático do Código (por títulos, capítulos e secções)
7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
   7.1. Sessões e Participantes
   7.2. Contributos
      a) Sessão com o Governo.
      b) Sessão com o Banco Central e o SERVE.
      c) Sessão com o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), a Câmara do Comércio e Indústria (CCI) e os bancos comerciais.
      d) Sessão com profissionais de contabilidade, auditoria e direito.
      e) Sessão com o Professor Doutor Paulo de Tarso Domingues, especialista em Direito Comercial e autor do projeto do Código de Recuperação e Insolvência.

II – APRECIAÇÃO

8. PRINCIPAIS QUESTÕES QUE A PROPOSTA DE LEI SUSCITA

8.1. Desjudicialização dos Processos De Insolvência – Dos Tribunais para a Administração Pública

8.2. Estatização da Administração da Insolvência – Agentes da Administração Pública em vez de Profissionais Privados

8.3. Estatuto do Administrador de Recuperação e Insolvência – Uma Lacuna que há que Suprir

8.4. BRI e ARI – Desconfundir a Função Institucional do BRI da Função Técnico-Profissional do ARI

8.5. Créditos Laborais

8.6. Quadro Legal Complementar

8.7. Entrada em Vigor

III – RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO

9. SOBRE O QUADRO DE PESSOAL DO BRI

10. SOBRE A APROVAÇÃO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

IV – CONCLUSÕES

11. QUANTO À TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA

12. QUANTO AO MÉRITO DA PROPOSTA DE LEI COM REFERÊNCIA AO OBJETO DO DEBATE NA GENERALIDADE

V - PARECER

VI – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

I – RELATÓRIO

1. ENTRADA, ANÚNCIO, ADMISSÃO E BAIXA À COMISSÃO.

A proposta de lei deu entrada no Parlamento no dia 24/10/2024. Foi admitida e baixou a esta Comissão no dia 14/01/2025, para elaboração de relatório e parecer, nos termos do disposto no artigo 101º do Regimento do Parlamento Nacional, com prazo até 31 de Maio de 2025.

2. DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Foi designado relator o Senhor Deputado Albino da Silva, da Bancada do CNRT.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO GENÉRICA DA INICIATIVA – ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO

3.1. Em 2016, o Banco Asiático de Desenvolvimento, no âmbito da "Iniciativa para o Desenvolvimento do Sector Privado no Pacífico" produziu um documento designado por "Política Legislativa para uma Lei de Insolvência e Recuperação de Empresas" (*Timor-Leste Policy paper on the Design and Implementation of an Insolvency System*).

3.2. Em 2017, o Governo, através do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos, com o apoio do Banco Asiático de Desenvolvimento, encomendou a feitura de um Código de Recuperação e Insolvência, que devia respeitar o mencionado documento de Política Legislativa. A primeira versão foi objeto de ampla consulta com os mais variados *stakeholders*. A versão final foi concluída em junho de 2017.

3.3. O processo sofreu uma interrupção por causa das eleições legislativas de 2017 e antecipadas de 2018. O Governo viria a apresentar em junho de 2022 uma proposta de lei de "autorização legislativa em matéria de insolvência e recuperação de empresas". A proposta, registada como PPL n.º 42/V (4ª), foi

aprovada em dezembro de 2022 e publicada como Lei n.º 1/2023, de 18 de janeiro (Jornal da República n.º 2, Série I).

3.4. A iniciativa legislativa é agora reintroduzida, desta feita como proposta de um "Código de Recuperação e Insolvência". A introdução da proposta de lei demonstra como os sucessivos Governos consistentemente assumem a necessidade de uma tal lei, visto que atualmente não há uma lei para regular a ordeira retirada do mercado das empresas insolventes. A lei aplicável, que é a Lei n.º 4/1998 da Indonésia, está desfasada da realidade jurídica atual de Timor-Leste. Além disso, o regime da lei indonésia assenta num quadro institucional que não existe em Timor-Leste. Na própria Indonésia, esta lei já foi alterada pelo menos duas vezes, a primeira das quais em 2004.

3.5. Apesar de existir lei aplicável à insolvência, não há registo de nenhum caso desde a Restauração da Independência até aos dias de hoje, anos ao longo dos quais a economia conheceu um crescimento considerável, a par dos progressos do quadro legal. O número de empresas cresceu e diversificou-se. Os bancos comerciais ajustaram-se às necessidades do mercado e forneceram crédito.

Apesar de não ter havido a abertura de processos formais de insolvência, é do conhecimento público que muitos devedores terão passado por dificuldades em saldar as suas dívidas e entrado em situação de insolvência e de falência. E por esta razão muitas empresas terão encerrado os seus negócios e deixado de existir.

Dados do Banco Central revelam que de 2006 a março de 2025 o montante dos créditos dos bancos comerciais foi de USD 602 milhões. O crédito malparado[1] foi de USD 15.8 milhões, e o total do *write off*[2] foi de USD 45 milhões.

[1] Um crédito malparado, também conhecido como crédito vencido ou crédito não produtivo, refere-se a um empréstimo bancário ou outro tipo de crédito que está em atraso no pagamento ou que é altamente improvável de ser reembolsado. Em outras palavras, é um crédito que a instituição financeira tem dificuldades em recuperar.

[2] É um crédito que já não pode ser recuperado e é registado nos livros de contabilidade como perda.

3.6. A necessidade de uma lei de insolvência normalmente funda-se na presunção geral de que as economias de mercado não podem funcionar adequadamente sem um sistema de insolvência, que atua como uma válvula para facilitar a eficiente saída do mercado de empresas em dificuldade. Assume-se geralmente que um adequado sistema de insolvência trás os seguintes benefícios, o que também será o caso de Timor-Leste: a) ajuda a preservar o valor da empresa do devedor em dificuldade; b) minimiza os riscos do credor por potenciar a recuperação do crédito e proteger a execução das garantias; c) melhora o acesso a financiamentos e aumenta a confiança do investidor na economia; d) reduz o tempo e os custos da reestruturação das dívidas e das empresas, e) previne comportamentos do devedor conducentes à destruição do valor dos *assets* da empresa; f) como consequência do acima referido, reduz a taxa do fracasso das médias, pequenas e micro empresas e promove o empreendedorismo.[3]

3.7. Não obstante a mudança de Governos não ter implicado uma mudança de visão quanto à necessidade de legislar sobre um sistema de insolvência, a proposta de Código agora introduzida apresenta diferenças em relação ao projeto de Código elaborado em 2017. Mais adiante teremos a oportunidade de nos referirmos a essas diferenças – algumas delas substanciais – e às suas profundas implicações.

3.8. Devemos referir, todavia, que, apesar de parecer haver um largo consenso favorável à implementação agora de um sistema de insolvência, haverá opiniões desfavoráveis, designadamente a que foi veiculada pelos autores de um estudo realizado em 2018 sobre "**O Ambiente de Negócios em Timor-Leste – Análise das causas raízes**"[4][5], que defendia que a implementação

[3] Timor-Leste: Policy Paper on the Design and Implementation of an Insolvency System, Asia Development Bank – pacific Private Sector Development Initiative, June 2016, página 8-9.

[4] "Timor-Leste Business Enabling Environment – Root Causes Analysis", The Dalberg Group (consulting firm), Agosto 2018. O estudo foi encomendado pela Millennium Challenge Corporation.

[5] Análise de causa raiz é um método de análise, cuja abordagem visa identificar as causas subjacentes de um problema e não apenas os seus sintomas.

deveria ser deixada para mais tarde, quando um conjunto de pré-condições estivesse preenchido, afirmando o seguinte:

"No entanto, os procedimentos de insolvência pressupõem a existência de outros aspectos do ambiente de negócios, incluindo um sistema judicial eficaz para supervisionar o trabalho dos administradores de falências e um nível de sofisticação nas transacções comerciais e práticas contabilísticas que tornam a existência de múltiplos credores um desafio quando as empresas entram em incumprimento. Em Timor-Leste, a ausência destas condições prévias reduz a necessidade de um regime de insolvência a curto ou mesmo a médio prazo. Embora não seja uma prioridade de topo neste momento, a questão deve ser revisitada à medida que a economia se desenvolve."

Nas conclusões do estudo lê-se o seguinte:

"Dadas as fraquezas do sistema judicial, a falta de legislação complementar para o sector financeiro e as actuais práticas de contratação das empresas em Timor-Leste, há pouca necessidade de um regime de insolvência moderno nem é provável que haja muita aceitação a médio prazo. Para além disso, o código irá provavelmente encontrar desafios substanciais de implementação, uma vez que requer o desenvolvimento de profissões inteiramente novas e uma campanha de socialização a longo prazo no seio da comunidade empresarial.

A reforma da insolvência acabará, sem dúvida, por ganhar força e, à medida que a economia se torna mais complexa e os controlos culturais do comportamento empresarial diminuem de força, tornar-se-ão necessárias mais protecções formais contra a insolvência e procedimentos. De acordo com as estimativas de várias partes interessadas, a reforma da insolvência tem um horizonte temporal de dez anos e não é realisticamente viável a curto ou médio prazo. [...]. Na ausência de outras reformas, a existência de um regime de insolvência seria pouco suscetível de desbloquear o acesso ao financiamento.

Acrescentar uma camada adicional de gestão institucional de transacções comerciais, juntamente com penalizações severas para quem não se submeter voluntariamente a este, parece completamente deslocado da realidade de fazer negócios em Timor-Leste e é provável que cause danos mais do que benefícios a curto prazo."

3.9. Mesmo os que defendem a implementação agora de um sistema de insolvência também reconhecem que há muitos obstáculos a superar, tanto legais como institucionais, mas que se deve inicial agora e depois ir melhorando gradualmente e, se necessário, com posteriores ajustamentos e melhorias à lei.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO GENÉRICA DA INICIATIVA – PRÁTICAS ATUAIS e o CONTEXTO DA REFORMA

4.1. RETRATO BREVE SOBRE AS PRÁTICAS ACTUAIS

a) Antes, vejamos o que acontece atualmente na prática nos negócios: dada a falta de garantias e a falta de mecanismos expeditos de execução dos contratos, o que prevalece na relação entre os empresários é a confiança e a reputação, como garantia da execução dos contratos e acordos. Neste contexto, segundo o Estudo da Dalberg

"as partes geralmente limitam a sua exposição a parceiros comerciais insolventes realizando negócios com parceiros de confiança ou através de vendas à vista. Muitas das transacções comerciais têm lugar sem a concessão de crédito, a promessa de uma quantidade específica a ser entregue, nem garantias quanto à qualidade do produto. Neste ambiente, uma empresa pode desaparecer ou reabrir sob um novo nome com poucas repercussões para os parceiros comerciais".

E, continuando, afirmam que:

"Quando surgem problemas, as empresas tendem a resolver os desacordos através da negociação. Uma das partes pode, em última

análise, aceitar anular uma perda, mas ambas as partes trabalham de boa fé para resolver a questão e a exposição financeira global é geralmente baixa. Por exemplo, um senhorio pode oferecer 1-2 meses de renda ou uma empresa pode adiantar a entrega de bens ou serviços sem pagamento para ajudar um parceiro de negócios a reerguer-se. Sem um verdadeiro recurso judicial para os parceiros comerciais, as empresas podem continuar a funcionar com prejuízos durante algum tempo, sem falirem".

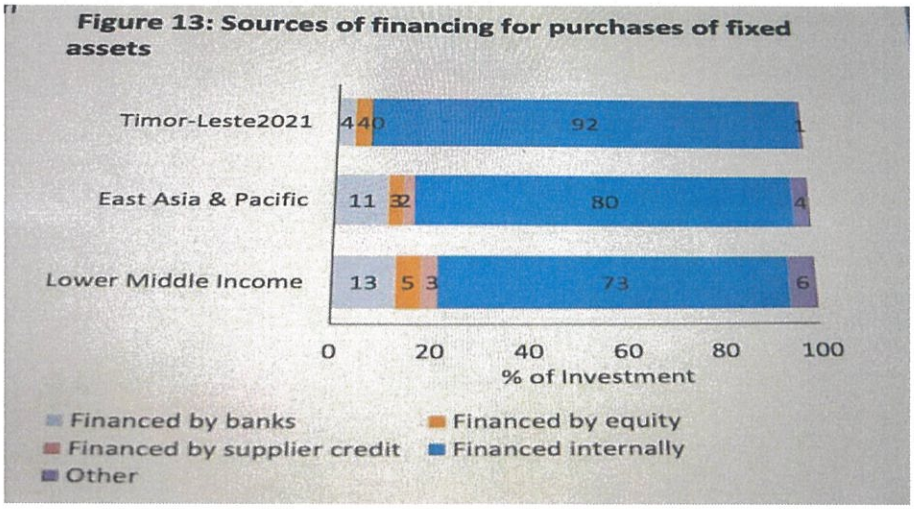
"O risco de incumprimento em termos de reputação é de tal ordem que, quando as empresas cessam as suas actividades com prejuízo, fazem de tudo para negociar um acordo aceitável com os trabalhadores e os parceiros comerciais"

"Se uma empresa negociar um acordo de boa fé, não parece haver um estigma associado ao fracasso da empresa. No entanto, se a empresa não cumprir as suas obrigações, particularmente quando o credor é bastante poderoso (como um banco ou uma família proeminente), as repercussões podem ser substanciais.". [6]

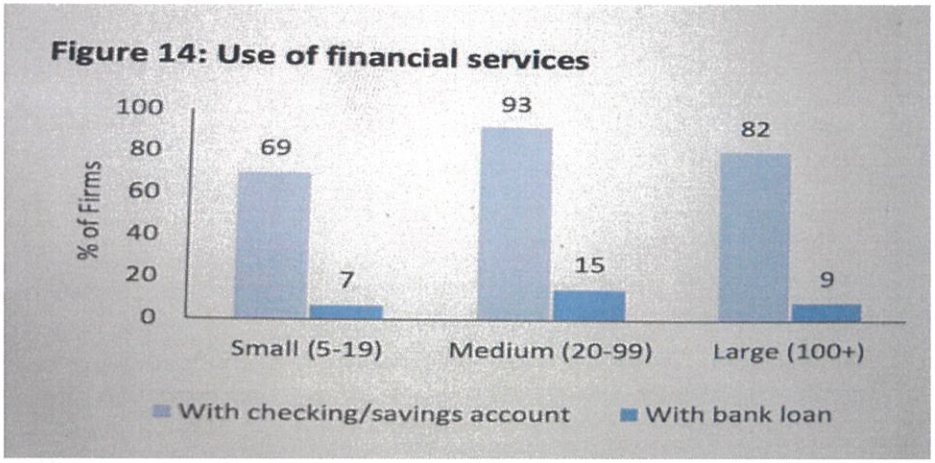
b) Um estudo do Banco Mundial denominado "Inquérito às empresas – O que as empresas experienciam", de 2021, revelava que em Timor-Leste o recurso ao crédito para financiar a capital fixo das empresas (p.e., edifícios e máquinas) representava apenas 4%, enquanto 92% era financiado por recursos próprios. Nos países de rendimento médio baixo essas taxas representam, 13% e 73%, respetivamente.[7]

[6] Lê-se no estudo da Dalberg já referido, pág. 45e 46.

[7] Entreprise Survey- What Business Experience: Timor-Leste 2021 Country Profile. Pág. 7.



Esse mesmo estudo revela também que apenas cerca de 11% das empresas recorrem a empréstimos bancários:[8]



c) A expectativa é a de que o sistema de insolvência possa alterar esta realidade e aumentar a oferta de crédito aos empreendedores e que estes recorram cada vez mais ao crédito bancário. Todavia, como vimos acima, nas conclusões do estudo da Dalberg, "*na ausência de outras reformas, a existência de um regime de insolvência seria pouco suscetível de desbloquear o acesso ao financiamento.*"

[8] Idem. Pág. 7.

4.2. O CONTEXTO DA REFORMA – BREVE CARACTERIZAÇÃO

Segundo o ***Documento de Política para a Implementação de um Sistema de Insolvência em Timor-Leste***, do Banco Asiático de Desenvolvimento, de 2016, já antes mencionado, o "contexto da reforma" era caracterizado da seguinte maneira[9]:

a) Timor-Leste não tem atualmente um sistema de insolvência viável. O mercado está a funcionar sem uma estrutura legal para regular a saída de empresas insolventes/falidas.

b) O atual quadro jurídico do mercado de Timor-Leste apresenta algumas fraquezas e lacunas relevantes que merecem a atenção do legislador e que influenciarão a conceção do sistema de insolvência. São estes os principais problemas identificados durante a missão de *due diligence* e a análise conduzida posteriormente:

   i. Em geral, o sistema jurídico necessita de ser significativamente reforçado.

   ii. O nível de formalidade na economia é muito baixo e a regulamentação das obrigações contabilísticas não está de acordo com os padrões corretos.

   iii. Embora esteja em curso uma reforma, não existe atualmente em vigor um sistema abrangente e moderno de transações seguras (garantidas).

   iv. A inexistência de um regime de insolvência funcional está a prejudicar a saída do mercado (das empresas insolventes/falidas) em Timor-Leste.

c) O quadro institucional de Timor-Leste é percebido como fraco, com poucos recursos e insuficientemente preparado. Este problema parece caracterizar-se pelos seguintes elementos:

   i. O sistema judicial precisa de ser aprimorado e melhorado.

[9] TIMOR-LESTE – Policy Paper on the Design and Implementation of an Insolvency System. Asian Development Bank, Pacific Private Sector Development Initiative, June 2016. Pág. 10-12.

ii. Os juízes encarregados da aplicação das leis civis e comerciais não são especializados nem tecnicamente treinados para desempenhar a sua tarefa.

iii. Existe uma lacuna institucional na execução das decisões judiciais.

iv. Faltam profissionais especializados e organizações profissionais.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO GENÉRICA DA INICIATIVA - AS BASES PARA UM SISTEMA DE INSOLVÊNCIA EM TIMOR-LESTE

O já referido ***Documento de Política para a Implementação de um Sistema de Insolvência em Timor-Leste***, que, como já foi dito, serviu de base à formulação da proposta ainda em 2017-2022, e agora em 2025 com algumas variações, descreve o quadro legal e o quadro institucional a ter como base na formulação da legislação sobre a insolvência.[10]

5.1. O QUADRO LEGAL

No que concerne ao quadro legal são apontadas as seguintes linhas-mestras para a futura legislação:

a) **A análise política e a recomendação deste capítulo baseiam-se no contexto económico, jurídico e social especial de Timor-Leste**. As recomendações incluídas nesta secção baseiam-se em normas internacionais e nos melhores exemplos comparativos internacionais, mas adaptadas às circunstâncias muito particulares do país e, em particular, ao seguinte:

i. a grande maioria das empresas são micro, pequenas e médias empresas;

ii. o grau de formalidade e de conformidade com as normas contabilísticas é médio para um punhado de médias e grandes

[10] Idem. Pág. 14-36.

empresas, mas baixo ou muito baixo para o segmento mais pequeno do mercado;

iii. a informação disponível para os credores e outras partes interessadas importantes é escassa;

iv. existe experiência muito limitada ou nenhuma experiência em reestruturação empresarial;

v. não existe um corpo de profissionais especializados em insolvência ou um número suficiente de profissionais tecnicamente preparados que possam desempenhar a função de administradores de insolvência num curto espaço de tempo;

vi. os tribunais não são especializados e o conhecimento técnico sobre questões económicas e de reestruturação/insolvência dos juízes é muito limitado;

vii. não existe nenhum órgão público encarregado de tratar de assuntos relacionados com a insolvência.

Assim, o cenário apresentado por estas características exige um sistema de insolvência dirigido sobretudo às pequenas empresas, com um processo rápido, simplificado e eficiente, orientado institucionalmente por uma agência, desde o seu início.

b) **O âmbito subjetivo da Lei deve ser o mais amplo possível**, incluindo:

i. as pessoas singulares e todo o tipo de pessoas coletivas (e não apenas as empresas/pessoas coletivas de direito comercial),

ii. as empresas públicas, de modo a reforçar a disciplina na sua gestão e colocando-as em igualdade de condições com as outras empresas atuando no mesmo mercado e aumentando o nível de segurança jurídica em torno da sua atividade.

c) **A Lei abrangeria todos os indivíduos, independentemente do tipo de atividade profissional**, e não só os que exercem o "comércio", o que incluiria por exemplo todo o tipo de profissionais liberais, agricultores, artesãos.

d) **Visando simplificar o sistema, a Lei criaria um procedimento unitário que permitisse diferentes saídas**. Isto é, um só procedimento, em vez de um procedimento para a recuperação e outro para a liquidação.

e) **A Lei deve ser abrangente, regulando as questões substantivas e processuais**.

f) **O procedimento tem de ser simplificado e rápido, compreendendo os seguintes elementos**:

   i. O sistema será de fácil utilização e os formulários-modelos estarão disponíveis gratuitamente para as partes e outros utilizadores do sistema.

   ii. Os prazos do procedimento serão breves para encurtar a duração do processo de insolvência.

   iii. A intervenção do tribunal será limitada na medida do possível.

   iv. A Lei deve ser rigorosa para evitar que as partes usem táticas de retardamento nos processos de insolvência.

   v. A Lei regularia o efeito da abertura de processos de insolvência sobre as ações judiciais em curso de forma a ajustar-se ao momento da insolvência.

   vi. A Lei deve evitar atrasos na abertura – ou no desenvolvimento – de processos de insolvência por falta de notificação.

   vii. As audiências orais serão excecionais.

g) **A Lei deverá prever solução para os casos de inexistência de bens.**

h) **A Lei deveria incluir incentivos e sanções para garantir a utilização suficiente do sistema de insolvência.** No passado, a insolvência carregava um estigma, o que impedia ainda mais o seu uso. Nas últimas três décadas, porém, a lei da insolvência mudou o seu paradigma. Em vez de um mecanismo para enterrar os mortos, os legisladores – e as instituições de mercado – conceberam-na como um instrumento para curar os negócios doentes – mas curáveis (ou seja, viáveis). O foco foi colocado na utilização voluntária e antecipada do sistema, e entendeu-se que a insolvência

empresarial é uma prática normal e ordinária do mercado, que só deve acarretar sanções quando se observa mau comportamento. Esta nova abordagem começou no Reino Unido e nos EUA e espalhou-se pelas economias mais desenvolvidas do mundo.

i) **Os efeitos da abertura de processos sobre o devedor devem ser funcionalmente limitados e o negócio deve continuar a operar, a menos que – e até que – a sua falta de viabilidade seja objetivamente declarada**.

j) **A Lei deve incluir uma regulamentação moderna dos efeitos da abertura de processos sobre contratos**. Isto visa permitir a continuidade da atividade empresarial e aumentar as hipóteses de recuperação da empresa. A Lei deve incluir uma regulamentação dos efeitos da insolvência nos contratos que esteja em conformidade com as melhores práticas internacionais. A regra principal deveria ser a de que, regra geral, a insolvência não deve afetar os contratos que não tenham sido integralmente cumpridos (executados) por nenhuma das partes (o devedor insolvente e a outra parte do contrato).

k) **A Lei deve prever um conjunto correto de ferramentas legais para reconstruir a massa insolvente**.

l) **Em Timor-Leste, e em conformidade com as normas internacionais, a Lei deve oferecer às partes a possibilidade de chegarem a um acordo ou de liquidarem o negócio, mas, em qualquer caso, a recuperação do negócio em dificuldade deve ser uma prioridade.**

m) **A hierarquia de prioridades da Lei deve ser consistente com o funcionamento normal do mercado fora da insolvência.** Isto refere-se à hierarquização dos créditos.

   i. Um exemplo clássico de prioridades aceitáveis seria aquele que é conferida aos créditos dos trabalhadores, até um determinado valor.

   ii. Uma prioridade para os impostos e, em geral, para as dívidas ao Estado não se justifica e não deve ser incluída.

iii. Para proteger as transações de mercado, aumentar a segurança jurídica e evitar a deterioração do crédito num país com um problema de falta de fluxo de crédito para o tecido empresarial, deve ser respeitada a prioridade dos credores garantidos.

n) **Com o objetivo de atrair investimento estrangeiro e aumentar a previsibilidade das regras de mercado, a Lei deve incorporar uma regulamentação das questões de insolvência transfronteiriça que seja consistente com as melhores práticas internacionais.**

5.2. O QUADRO INSTITUCIONAL

No tocante ao quadro institucional são apontadas as seguintes linhas orientadoras para a futura legislação:

a) **A implementação de um sistema de insolvência requer um quadro institucional que funcione bem**. Mesmo as melhores leis funcionarão mal se as instituições responsáveis pela sua implementação [judiciais e não judiciais] estiverem mal preparadas ou trabalharem de forma ineficaz. Serão necessárias medidas ousadas para resolver esta deficiência se se pretender que um sistema viável seja inserido com sucesso no quadro da economia de mercado do país.

b) **Em Timor-Leste, os juízes são vistos como insuficientemente preparados e sem capacidade para compreender os conceitos de mercado**. Apesar dos esforços para reduzir o envolvimento judicial formal, o sistema judicial continua a ser essencial para a implementação adequada do sistema de insolvência e, por isso, parecem necessárias ações nesta área.

c) **A ação mais importante sobre políticas diz respeito ao quadro institucional não judicial responsável pela implementação do sistema de insolvência**. Os problemas do sistema judicial seriam menos relevantes se Timor-Leste contasse com instituições não judiciais fortes e tecnicamente preparadas, privadas ou públicas, para assumirem a

responsabilidade principal pela implementação do regime de insolvência. Mas sabemos que este não é o caso. As deficiências poderiam ser superadas através das seguintes medidas:

I. **Atribuição do papel principal a uma agência pública de insolvência** e definir claramente as suas funções.[11] Pode se aproveitar uma agência já existente ou criar uma nova. Essa agência poderia ser colocada no Ministério das Finanças ou no Ministério da Justiça.

   As competências dessa agência/departamento incluiriam:

   i. a elaboração de modelos para simplificar a utilização dos processos de insolvência;
   ii. a organização e supervisão dos profissionais de insolvência;
   iii. atuar como ponto focal para a aquisição e tratamento de informação relevante para o desenvolvimento de processos de insolvência (do Banco Central, da Administração Tributária, do Poder Judicial, etc.);
   iv. recolher dados e garantir que é criada uma coletânea de jurisprudência e que é disponibilizado aos profissionais do foro;
   v. alojar e manter um registo de insolvência;
   vi. promover a especialização profissional do direito e da prática da insolvência, através – entre outras medidas – da celebração de acordos com escolas de direito e de negócios, organismos profissionais, câmaras de comércio, escolas de formação, etc.;
   vii. criar consciência social sobre a existência e utilização do sistema de insolvência;

[11] Muitos países usam este sistema. Existe uma organização mundial que congrega estas entidades nacionais, que é a Associação Internacional dos Reguladores de Insolvência. Em alguns casos são agências independentes, em outros casos são departamentos ministeriais, inseridos no ministério das finanças ou no ministério da justiça.

viii. alojar/organizar um fundo para cobrir o custo de casos sem ativos ou manter um corpo reduzido de colaboradores com conhecimento suficiente para liquidar empresas com ativos insuficientes para cobrir o custo dos processos.

II. **Colocar o papel principal nos profissionais do sector privado como administradores de insolvência.**

Não obstante a entidade reguladora/gestora da insolvência ser pública, o papel principal pode ficar a cargo dos profissionais privados. Os profissionais de insolvência [administradores de insolvência] exerceriam as principais tarefas dos processos de insolvência.

III. **Um elemento adicional: um sistema de mediação extrajudicial**: Dado o elevado número de micro, pequenas e médias empresas, poder-se-ia pensar num sistema público de mediação para empresários em nome individual em dificuldades financeiras.

6. BREVE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE LEI

6.1. ASSUNÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE UM SISTEMA DE INSOLVÊNCIA

O Governo apresenta esta proposta de lei invocando que um código de recuperação e insolvência é um *"elemento essencial para o crescimento do tecido económico e do investimento no País"* e que *"a sua necessidade tem sido sentida desde há muitos anos"*. Continuando, afirma que são também razões que impõem a sua adoção os compromissos relativos à nossa adesão à Organização Mundial do Comércio, bem como a previsível integração do País na ASEAN.

Conforme se extrai do preâmbulo, a proposta de lei é concebida com base na assunção de que um regime de insolvência deve permitir retirar, de forma

ordenada, do mercado as empresas inviáveis, evitando que criem dificuldades a outros agentes.

Mas também é concebida, seguindo o pensamento mais moderno quanto à finalidade dos sistemas de insolvência, com o fim de promover a recuperação das empresas em dificuldade, considerando que as empresas são os motores do desenvolvimento da economia, apresentando vantagens não só para os titulares, mas também para os seus clientes, fornecedores, trabalhadores e para a criação de riqueza do país.

6.2. São TRAÇOS ESSENCIAIS DO REGIME DE INSOLVÊNCIA proposto os seguintes[12]:

a) **A primazia da recuperação sobre a insolvência**: o sistema privilegia a recuperação da empresa em dificuldades e só quando a recuperação seja inviável é que tem lugar a declaração de insolvência e a liquidação. Para acentuar esta característica na designação do Código coloca-se a recuperação em primeiro lugar e depois a insolvência (Código de Recuperação e Insolvência).

b) **A desjudicialização do processo**: Os processos de insolvência normalmente tramitam nos tribunais. Com a aplicação deste princípio pretende-se a menor participação possível do Tribunal, o qual apenas intervirá necessariamente para declarar a insolvência do devedor, para a qualificação da insolvência, para homologar o plano de recuperação, para decidir a rescisão e resolução de negócios do devedor, e para decretar a exoneração do passivo restante. No entanto, é consagrada a possibilidade de recurso, quando estejam em causa questões relacionadas com os direitos fundamentais das partes. O tribunal competente é o Tribunal Judicial de Primeira Instância de Díli.

[12] Ver, para mais detalhes, o artigo do Prof. Paulo de Tarso Domingues, "Projeto de Código de Recuperação e Insolvência para Timor-Leste", publicado no e-BLJ, Ano 1 (2018), n.º 1, pp. 135-140.

Uma vez que a intervenção do tribunal é mínima, é **criada uma entidade administrativa** (Balcão de Recuperação e Insolvência – BRI) junto da qual tramitam todos os processos de insolvência.

c) **A celeridade processual e simplificação de procedimentos**: o processo está concebido para ser simples (com recurso a formulários disponibilizados pelo BRI) e para ser concluído num prazo curto, estimado em 6 meses, excluídos os incidentes processuais que possam ocorrer.

d) **O princípio da igualdade de tratamento dos credores** ("*par conditio creditorum*"):

e) **O princípio do inquisitório e da colaboração**: o processo de insolvência não é um processo adversarial (uma das partes contra as outras), mas um processo que transcende os interesses individuais do devedor ou dos credores. Por isso, impõe ao devedor um especial dever de colaboração. Atribui-se ao BRI e ao Tribunal uma grande margem de ação, podendo tomar em consideração factos que não tenham sido alegados pelos intervenientes processuais.

f) **O princípio da segunda oportunidade** (***fresh start***): Hoje é pacificamente aceite que uma pessoa singular que seja declarada insolvente – desde que não tenha causado culposamente tal situação – não deve ser marginalizada e ficar fora do sistema. Deve ser-lhe concedida uma segunda oportunidade, um novo começo. Este regime está consagrado nos artigos 171.º e seguintes.

6.3. A TRAMITAÇÃO PROCESSUAL inclui o tratamento das matérias relacionadas com:

a) **Os pressupostos**, isto é, a verificação da situação de insolvência, atual ou iminente (art. 4.º).

b) **A legitimidade**, isto é, quem pode requerer a abertura do processo (arts. 23.º e 24.º);

c) **A declaração de abertura do processo**, definindo quem declara a abertura, e os direitos de oposição e de recurso ao Tribunal (art. 30.º).

d) **Os efeitos da declaração de abertura**, que se repartem pelos efeitos sobre o devedor (arts. 48.º e seguintes), os efeitos processuais (arts. 54.º e seguintes), os efeitos sobre os créditos (arts. 58.º e seguintes), os efeitos sobre os negócios em curso (arts. 64.º e seguintes), e a possibilidade de resolução de negócios em benefício do acervo (arts. 67.º e seguintes)

6.4. OUTROS ASPETOS IMPORTANTES DO PROCESSO

a) **Negociação com os credores** (NECRE), que se inicia logo após a declaração de abertura do processo, antes da qual não pode haver a declaração de insolvência. O NECRE dura 90 dias (art. 82.º) e visa um acordo sobre um **plano de recuperação**. Nesta parte definem-se o prazo para a apresentação, quem pode apresentar, o conteúdo do plano, a aprovação do plano pelo NECRE e a sua homologação pelo Tribunal (arts. 98.º a 118.º). Estão também previstos a oposição ao plano e o recurso ao Tribunal.

b) Se o NECRE não aprovar o acordo ou se este não for homologado pelo Tribunal, deve ser **decretada a insolvência** do devedor. A lei define as consequências da declaração de insolvência, onde se destacam a perda pelo devedor da administração dos bens, por regra, a preensão dos bens e o vencimento de todas as obrigações do insolvente (arts. 124.º a 130.º).

c) Com a declaração de insolvência, inicia-se a **fase de liquidação e pagamentos** (arts. 137.º e seguintes). O Código dá prioridade à venda da empresa como um todo. O pagamento é feito seguindo uma hierarquia de categorias de créditos

6.5. INCIDENTES PROCESSUAIS

a) Sempre que haja a declaração de insolvência, e obrigatório proceder-se à **qualificação da insolvência como fortuita ou culposa.** A qualificação

é feita pelo Tribunal. Se a insolvência é declarada **culposa**, há consequências muito gravosas, que serão fixadas pelo Tribunal (art. 170.º, n.º 3). Este é o chamado incidente de qualificação da insolvência.

b) O outro incidente especial é o da **exoneração do passivo restante** (arts. 171.º e seguintes). A exoneração do devedor implica a extinção de todos os créditos sobre o Acervo que ainda subsistam à data em que a exoneração é concedida

6.6. PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA ESTRANGEIROS. No final, o Código trata dos processos de insolvência estrangeiros, também conhecidos por processos de **insolvência transfronteiriça** (arts. 199.º e seguintes).

6.7. ARRANJO SISTEMÁTICO DO CÓDIGO. Por ser uma lei muito longa, com 225 artigos, não apresentaremos o índice dos artigos, que consumiria 9 páginas. Em vez disso, apresentamos apenas um índice sistemático dos títulos, capítulos e secções:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

Capítulo I Disposições gerais

Capítulo II Competência jurisdicional

Secção I Disposições gerais

Secção II Incidente processual comum

Secção III Incidentes processuais especiais

Secção IV Recursos

Capítulo III Balcão de Recuperação e Insolvência

TÍTULO II - DECLARAÇÃO DE ABERTURA DO PROCESSO

Capítulo I Pedido de abertura do processo

Secção I Apresentação do pedido

Secção II Requisitos do requerimento inicial

Secção III Tramitação para a declaração da abertura do processo

Capítulo II Decisão sobre a abertura do processo

Secção I Conteúdo, notificação e publicidade da decisão

Secção II Recurso da decisão sobre a declaração de abertura do processo

TÍTULO III - EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE ABERTURA DO PROCESSO

Capítulo I Administrador de recuperação e insolvência

Capítulo II Efeitos sobre o devedor

Capítulo III Efeitos processuais

Capítulo IV Efeitos sobre os créditos

Capítulo V Efeitos sobre os negócios em curso

Capítulo VI Resolução em benefício do Acervo

TÍTULO IV - DETERMINAÇÃO DO ACERVO PATRIMONIAL E DOS CRÉDITOS

Capítulo I Determinação do acervo

Capítulo II Credores sobre o acervo

Capítulo III Dívidas do processo

TÍTULO V FASE DE NEGOCIAÇÃO COM CREDORES

TÍTULO VI FIXAÇÃO DOS CRÉDITOS

Capítulo I Reclamação, verificação e graduação de créditos

Capítulo II Separação e restituição

Capítulo III Verificação ulterior

Capítulo IV Tutela jurisdicional

TÍTULO VII - PLANO DE RECUPERAÇÃO

Capítulo I Apresentação e conteúdo

Capítulo II Aprovação e homologação

Secção I Assembleia de credores

Secção II Homologação da deliberação da assembleia

Capítulo III Execução do plano

TÍTULO VIII - DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA E LIQUIDAÇÃO

Capítulo I Declaração de insolvência e efeitos

Capítulo II Recurso da declaração de insolvência

Capítulo III Liquidação

Capítulo IV Pagamento aos credores

TÍTULO IX - INCIDENTES ESPECIAIS

Capítulo I Qualificação da situação de insolvência

Capítulo II Exoneração do passivo restante

TÍTULO X - ENCERRAMENTO DO PROCESSO

TÍTULO XI - NORMAS DE CONFLITOS E PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA ESTRANGEIROS

Capítulo I Normas de conflitos

Capítulo III Processos de insolvência estrangeiros

Secção I Disposições gerais

Secção II Acesso dos representantes estrangeiros e credores aos tribunais de Timor-Leste

Secção III Reconhecimento de um processo estrangeiro

Secção IV Cooperação com tribunais estrangeiros e representantes estrangeiros

Secção V Processos concorrentes

FIM!

7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

7.1. SESSÕES E PARTICIPANTES

As audiências públicas tiveram lugar nos dias 24, 25 e 30 de abril de 2025.

a) Uma **sessão foi dedicada ao Governo**, enquanto proponente da iniciativa, e teve lugar no dia 24 de abril, quinta-feira, de manhã. Foram convidados para esta sessão e estiveram presentes:
   i) O Ministro do Interior, Sr. Francisco Guterres, em representação do Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, Sr. Francisco Kalbuadi Lay;
   ii) A Vice-Ministra das Finanças, Sra. Felícia Cruz Carvalho, em representação da Ministra das Finanças, Sra. Santina Cardoso;
   iii) O Ministro da Justiça, Sr. Sérgio Hornai;
   iv) O Ministro do Comércio e Indústria, Sr. Nino Pereira.

b) Uma **sessão foi dedicada a entidades públicas** e teve lugar no dia 24 de abril, quinta-feira, à tarde. Foram convidados:
   i) O Tribunal Judicial de Primeira Instância de Díli, que justificou por escrito a sua ausência por motivo de conflito de agenda;
   ii) O Banco Central, representado pelos Vice-Governadores Sr. Rafael Borges e Sra. Sara Lobo Brites;
   iii) O Serviço de Registo e Verificação Empresarial, SERVE, IP, representado pelo seu Diretor-Executivo, Sr. Fausto Soares Dias, que apresentou SUBMISSÃO escrita.

c) Uma **sessão foi dedicada ao ADB, associações empresariais e bancos comerciais**, que teve lugar no dia 25 de abril, sexta-feira de manhã. Foram convidados:
   i) O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), que esteve representado pela Diretora Nacional, Sra. Stefania Dina, e que apresentou SUBMISSÃO escrita (em inglês e tétum), como instituição que tem apoiado Timor-Leste na formulação da política e legislação sobre um regime de insolvência;

ii) A Câmara do Comércio e Indústria de Timor-Leste (CCI), representada pelo seu Presidente, Sr. Jorge Serrano;

iii) O Banco Austrália e Nova Zelândia-ANZ, representado pelo Chefe da Sucursal Nacional, Sr. Martin Beattie;

iv) O Banco Nacional Ultramarino-BNU, representado pela Diretora-Geral Adjunta, Sra. Ana Vieira de Andrade, que apresentou SUBMISSÃO escrita;

v) O Banco de Comércio de Timor-Leste-BNCTL, representado pelo Membro da Comissão Executiva Sr. Joaquim Martins, que apresentou SUBMISSÃO escrita;

vi) O Banco MANDIRI, representado pelo Diretor para o Desenvolvimento dos Negócios, Sr. Yoseph Sandhi Wikaksono.

d) Uma **sessão dedicada aos profissionais de contabilidade, auditoria e direito**, que teve lugar no dia 25 de abril, sexta-feira, à tarde. Foram convidados

i) A (futura) Associação dos Profissionais de Contabilidade e Auditoria, representados pelo Sr. Vítor Cardoso, gerente da Primos's Boot Business Consulting;
e as seguintes firmas de advogados:

ii) Da Silva & Teixeira Associados, representada pelo Sr. Dr. Manuel Sá Martins, que apresentou SUBMISSÃO escrita em forma de comentários anotados à margem do texto da proposta de lei;

iii) Vieira de Almeida & Associados, representada pelo Chefe de escritório, Sr. Dr. Tomás Cabral Anunciação, que apresentou SUBMISSÃO escrita;

iv) Wong Alliance Law Office (TL), que justificou por email a sua ausência e apresentou SUBMISSÃO escrita;

v) Abreu e C & C Advogados, representada pelo Sr. Dr. Benigno Guterres; e

e) Uma **sessão dedicada à audição do especialista Prof. Doutor Paulo de Tarso Domingues**, professor de Direito Comercial e autor do Projeto de Código de Recuperação e Insolvência, em 2017, a que já fizemos alusão.

7.2. CONTRIBUTOS

a) A **sessão com o Governo** não visava recolher contributos dada a sua situação de autor da iniciativa legislativa. O objetivo era clarificar dúvidas dos Deputados quanto às opções feitas pelo Governo. Destaca-se o seguinte:

i) As principais características do sistema proposto: Recuperação das empresas; Garantia aos credores de recuperação do seu crédito; Celeridade processual; Balcão de Recuperação e Insolvência; Âmbito subjetivo (só abrange as empresas de direito comercial); o princípio do *fresh start*.

ii) Foi escolhido um modelo que se inspirou na experiência de alguns países, bem como nas boas práticas internacionais, mas adaptou-as às especificidades do nosso país. O BRI, por exemplo, não existe em Portugal, mas entendemos que seria uma boa solução para o país.

iii) O Governo reconheceu a necessidade de melhorar a recolha de informação sobre a situação das empresas e a sua disponibilização aos operadores económicos, potenciais credores.

iv) O Governo pensa que a lei deverá entrar em vigor 6 meses após a sua publicação, de modo a dar tempo para a prática dos atos e atividades de preparação.

b) A **sessão com o Banco Central e o SERVE** centrou-se no papel que estas instituições poderiam desempenhar, bem como sua contribuição para a implementação do Código. Destaca-se o seguinte:

   i) Este Código não se aplicará às instituições bancárias e de seguros, porém o regime jurídico a elas aplicável prevê um processo de liquidação de empresas insolventes. O Banco Central já conduziu um processo de liquidação. Está em curso a elaboração de nova lei do sistema bancário e de seguro, na qual se farão melhoramentos e possível compatibilização com este Código;

   ii) Este Código integra um pacote legislativo, onde se inserem também a Lei das Garantias Mobiliárias, em tramitação no Parlamento, e o decreto sobre a Contabilidade Organizada, em elaboração entre o Governo e o Banco Central;

   iii) O crédito malparado e o crédito perdido têm diminuído, porque o Banco Central tem melhorado o sistema de informação financeira à disposição dos bancos, de modo a melhor avaliarem os riscos do crédito a conceder.

   iv) O SERVE poderá, no futuro, implementar um sistema de alerta antecipado, permitindo detetar as empresas em risco financeiro antes de a situação se agravar. Isto possibilitará uma abordagem preventiva, oferecendo orientações e suporte para evitar a falência de empresas viáveis.

O SERVE apresentou uma SUBMISSÃO escrita, que vai em anexo a este Relatório.

c) Da **sessão com o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), a Câmara do Comércio e Indústria (CCI) e os bancos comerciais**, sublinhamos as seguintes observações e recomendações:

i) Em observância do equilíbrio na proteção dos interesses, foi defendido que não só o devedor, mas também os credores deveriam ter legitimidade para requerer a abertura do processo no caso de insolvência iminente (art. 4.º /5); e que o devedor também deveria ter o direito de participar na negociação com os credores – o art. 82.º/2 parece sugerir o contrário.

ii) No art. 4.º/1, considerar a definição de situação de insolvência por referência a uma percentagem (não inferior a 10%) do total do capital social da empresa.

iii) Considerar a inclusão de disposições especiais contemplando os credores informais e não registados.

iv) Considerar o encurtamento do prazo de 5 anos para a cessão do rendimento disponível do devedor a favor dos credores para um prazo de 1 a 2 anos (art. 175.º/1)

v) Considerar a eliminação da suspensão da contagem dos juros da dívida (art. 59.º/1).

vi) Para que esta lei seja efetiva deve andar a par e passo com outras leis, como a das garantias mobiliárias em tramitação no PN, mas também a garantia de registo de terras e de hipotecas. Estas são condições para promover a libertação de mais crédito pelos bancos e contribuir para a economia.

vii) O Estado deve acelerar a concessão de títulos de propriedade de imóveis e registos de hipotecas, pois os bancos enfrentam dificuldades insuperáveis para conseguirem a execução nos tribunais das garantias por hipoteca. Isto leva à relutância dos bancos em concederem crédito.

viii) Em termos concretos, a falta de hipoteca como garantia praticamente elimina a possibilidade de existência de créditos garantidos previstos no Código (art. 74.º), passando esses créditos à categoria de créditos comuns (art. 79.º). Isto pode

levar a um encarecimento do custo do crédito, isto é, dos juros cobrados pelos bancos. Entendem que isto pode levar a um agravamento das condições de concessão de crédito.

ix) Por essas razões, recomenda-se que a entrada em vigor do Código "seja condicionada à implementação prévia de um regime jurídico eficaz de garantias sobre bens móveis e, sobretudo, imóveis".

x) Outro problema a montante, e causador de stress financeiro das empresas, é o grande atraso no pagamento pelo Estado às empresas de construção, nos contratos de obras públicas.

xi) Foram também realçados os desafios estruturais e funcionais, na medida em que o Código "prevê a criação de estruturas técnicas e administrativas complexas, cuja operacionalização exigirá [...] um capital humano altamente especializado", particularmente relacionado com as atribuições do BRI e do ARI.

xii) O Código deverá especificar as qualificações exigidas para o exercício da função de ARI, o processo de recrutamento, a formação e a acreditação desses profissionais; e ainda critérios de destituição (art. 46.º).

xiii) Por essas razões o Código só deveria entrar em vigor depois dos preparativos prévios à instalação do BRI, os trabalhos preparativos ao funcionamento da plataforma eletrónica, e a regulamentação complementar sobre os requisitos e o estatuto do ARI. Sem isto, "corre-se o risco de criar um sistema legal formalmente moderno, mas operacionalmente disfuncional, gerando insegurança jurídica e desconfiança nos agentes económicos".

xiv) Recomenda-se avaliar a possibilidade de se introduzir no Código medidas destinadas a flexibilizar os requisitos formais de alienação dos bens do Acervo, com vista a reduzir os custos e

imprimir maior celeridade nas transações, com o que se pode garantir uma tramitação mais rápida dos processos de recuperação e insolvência.

xv) Foram apresentadas ainda propostas de emenda de disposições do Código relativas aos artigos sobre representações permanentes (2.º/3), o âmbito subjetivo (2.º/3), a insolvência iminente (3.º/5), prazo para abertura do processo (23.º/1), notificação e publicidade da abertura do processo (35.º), nomeação e estatuto do ARI (44.º), destituição do ARI (62.º), compensação de créditos (62.º), negociação com credores (82.º e seguintes), pagamento das dívidas do processo, dos credores, e dos créditos privilegiados (153.º, 154.º, 156.º), exoneração do passivo restante (171.º)

Apresentaram SUBMISSÕES por escrito: o BAD, o BNU, o BNCTL e a CCI. Vão em anexo a este Relatório.

d) Da **sessão com profissionais de contabilidade, auditoria e direito**, realçamos as seguintes observações e recomendações:

i) A necessidade de se adotar, antes da entrada em vigor do Código, normas de contabilidade organizada e padronizada, que devem incluir demostrações financeiras, bem como a obrigatoriedade do registo de contas e resultados financeiros. Estas são condições para que o Código tenha operacionalidade prática.

ii) A necessidade de se garantirem as condições para um funcionamento eficaz do BRI, dada a complexidade das suas funções (pessoal técnico, registo de processos, tramitação digital), bem como da plataforma digital prevista no Código. Há fraquezas institucionais e tecnológicas as quais devem ser

impreterivelmente superadas sob pena de fazer fracassar o sistema de insolvência que se quer instalar.

iii) Reservas e/ou objeção quanto à utilização de trabalhadores da Administração Púbica para a função de ARI, face à falta de "formação técnica adequada em insolvência, direito, gestão empresarial ou contabilidade; experiência prática na gestão de empresas em crise ou na liquidação ordenada de património; e cultura de atuação independente da função pública". Foi dito que esta situação pode ter como "consequência prática [um] elevadíssimo risco de gestão ineficaz dos processos, fraudes ou manipulações em inventários e liquidações, demoras e nulidades processuais, e violação de direitos constitucionais dos cidadãos."

iv) O sistema proposto "concentra poder excessivo em agentes administrativos sem mecanismos fortes de supervisão prática".

v) Também referiram, como problemas que podem condicionar o sucesso na prática do sistema de insolvência, a falta de registo de bens imóveis e a dificuldade de acesso a informações fiscais e bancárias. A falta de registo de imóveis e efetivação de garantias hipotecárias resulta na impossibilidade de torná-las efetivas em relação a terceiros, ficando esses créditos classificados como meros créditos comuns, e não como créditos garantidos.

vi) Chamaram a atenção para o tratamento a dar aos créditos laborais e aos créditos da Segurança Social, bem como aos créditos da Administração Tributária.

vii) Propuseram alargar a aplicação do Código aos empresários em nome individual (ENIN) – estes constituem mais de 50% dos registos empresariais junto do SERVE.

viii) Propuseram igualmente alargar a aplicação do Código às pessoas singulares não titulares de empresa.

ix) Recomendaram repensar a relação funcional entre o BRI e o ARI, bem como a distribuição de competências entre um e outro, como, por exemplo nos casos dos artigos 92.º, 114.º/4, 115.º/3, 146.º/3, 162.º/1 e 165.º.

x) Foi apresentada uma proposta de se fasear a entrada em vigor da lei, (A) começando-se por uma aplicação piloto, com período experimental limitado a Dili ou mais um outro município piloto; (B) "iniciar o processo no Tribunal de Primeira Instância em vez do BRI, numa fase experimental [...] criando desde já bons precedentes de defesa dos direitos do devedor e do credor com a supervisão dos juízes, que poderá depois passar para o BRI..."

xi) Foram apresentados diversos comentários e propostas referentes às disposições legais do Código, que por serem inúmeros, totalizando 37, vamos apenas mencionar os artigos sobre que incidem, remetendo o leitor para as SUBMISSÕES escritas: artigos 2 (finalidade), 3 (âmbito subjetivo), 19/5 e 9 (princípio do inquisitório), 22 (funções do BRI), 26/4 (requerimento de abertura do processo), 27/1-d e 3, (junção de documentos pelo devedor) 29-a (apreciação do requerimento de abertura pelo BRI), 31/2 e 5 (apresentação de requerimento de abertura por terceiro), 33/1 e 8, e 33/4 (decisão pelo Tribunal), 34 (medidas cautelares), 36/1 (notificação da declaração), 36/5 (notificação da declaração), 37/2-b e 3 (publicidade e registo), 40 (legitimidade para recorrer), 41/1 e 4 (processamento e julgamento do recurso), 42 (efeitos da revogação), 46 (destituição do ARI), 53 (remuneração e alimentos [do devedor]), 54/1 (efeitos sobre ações pendentes), 56/7 (instauração de novas ações), 60 (responsáveis solidários e garantes), 76 (créditos laborais), 78/5 e 6 (pessoas relacionadas com o devedor), 84 (tutela dos credores do processo), 92 e 92/6

(decisão sobre verificação e graduação de créditos), 110/6 (participação na assembleia de credores), 113/3 (votos), 114/1 e 2 (votação do plano [de recuperação]), 115/3 (resultado da assembleia de credores), 118 (não homologação solicitada pelos interessados), 119/1 (sentença), 146/3 (modalidades de alienação), 150 (proibição de aquisição), 162/1 (cautelas de prevenção), 165 (pagamento e prescrição), 169/1 e 8 (tramitação [incidente de qualificação da insolvência]), 170 (sentença de qualificação), 203 c/c artigo 1 (definição de "representante estrangeiro"), 214/3 (medidas após o reconhecimento de um processo estrangeiro).

Apresentaram SUBMISSÕES escritas a firmas de advogados Vieira de Almeida & Associados, Wong Alliance Law Office, Da Silva Teixeira & Associados. Vão em anexo ao presente Relatório.

e) Da **sessão com o Professor Paulo de Tarso Domingues, especialista em Direito Comercial e autor do projeto do Código de Recuperação e Insolvência**, transcrevem-se as seguintes notas sumárias da audiência:

   i) O sistema proposto apresenta duas características distintivas, que são:

      - Desjudicialização e atribuição de condução do processo a uma entidade administrativa (o Balcão): A primeira grande opção foi a desjudicialização do processo. A intervenção do tribunal seria sempre em *ultima ratio*, sempre que estejam em causa direitos fundamentais. Optou-se por uma entidade chamada Balcão de Recuperação e Insolvência.
      - Administrador de Insolvência: A outra grande escolha tem a ver com o ARI. Aqui optou-se pelo recurso a trabalhadores

da Administração de Pública. Em Portugal, os ARI são agentes privados – que também foi a nossa sugestão no projeto do Código. A nossa experiência em Portugal revela ocorrência de casos de corrupção, porque estão envolvidos grandes montantes. Isto não quer dizer que não haverá corrupção no caso de agentes da Administração Pública. Mesmo optando por um agente da Administração Pública, é necessário fixar normas apertadas. Há que ter a atenção para que não seja nomeado sempre o mesmo ARI. Variar as nomeações dos ARI ajuda a esbater os riscos de corrupção e incumprimento. Devem tentar regular já nesta Lei aspetos como quem pode ser ARI (qualificação, experiência) e as suas responsabilidades e deveres.

Referiu-se ao seu artigo publicado na revista da Faculdade de Direito da UNTL, onde expõe com maior detalhe as principais características do Código. [13]

ii) Mencionou alguns traços principais do sistema proposto, como são:

- Prevalência da recuperação sobre a insolvência
- O princípio *par conditio creditorum*: os credores em condições iguais merecem tratamento igual.
- O princípio da nova oportunidade (*fresh start)*: embora o padrão atual universal sejam três anos para a extinção das obrigações do devedor, o Código alargou esse período para 5 anos.

[13] Este artigo foi distribuído aos Deputados no *briefing* para estes organizado pelas assessorias das Comissões.

iii) Em nota saliente referiu que os créditos laborais na Proposta de Lei foram despromovidos em relação ao tratamento que lhes era dado no projeto de Código. Os créditos laborais são sempre tratados de modo diferente, com prioridade absoluta.

iv) Na interação que subsequentemente teve lugar, em resposta às questões colocadas pelos Deputados, o convidado teve a oportunidade de opinar sobre as seguintes questões:

- *Vacatio legis* deve ser longa, deixar passar um período de conhecimento e sensibilização. Deve ser de meses e não de dias.
- Nomeação do ARI - qual é o modelo, qual o perfil, quais as qualificações? Isto é uma decisão política, baseada no conhecimento da realidade timorense. O pior erro é aprovar uma lei que depois não pode ser implementada. Se optarem por agentes da Administração Pública, como uma senhora Deputada disse, pode haver dificuldades em encontrar pessoas qualificadas.
- Qualificação do ARI: é uma característica em todos os países que o perfil seja de economia, gestão de empresa, contabilidade. A nomeação deve ser casuística tendo em conta a natureza da empresa em causa.
- A função da recuperação e insolvência não é resolver os problemas de gestão da empresa.
- A finalidade do processo de recuperação e insolvência é regular o pagamento ordenado dos devedores, para que o devedor não exerça preferência nos pagamentos dos seus credores.
- Há uma realidade na maioria dos países, incluindo Portugal, que é a de que a grande maioria dos casos é de insolvência e

liquidação, e não de recuperação. Logo, o processo visa a ordenada retirada da empresa do mercado, com os menores danos possíveis.

- Muitas vezes para recuperar uma empresa não basta reestruturar o passivo; é preciso injetar capital na empresa. Assim, estes credores devem ser os mais protegidos, porque arriscam o seu capital para ajudar a salvar a empresa em dificuldade.
- Mudanças em relação ao projeto de 2017:
    - Os créditos laborais deixaram de ter a primazia que tinham. Há um padrão internacional de especial tutela dos trabalhadores.
    - A passagem das competências do BRI para o ARI em vários artigos deve ser revisitada porque aparenta ter ficado "mal costurado" o novo arranjo que consta da Proposta de Lei.
- O Estado não deve assumir o pagamento dos créditos não reavidos. Não é sua responsabilidade. Quem empresta dinheiro está sempre na contingência de não o reaver; é parte da vida dos negócios. O único caso em que o Estado intervém, quando intervém, é para assegurar o pagamento de parte ou totalidade dos créditos dos trabalhadores.
- Sobre se este é o momento para a aprovação desta lei, disse que entende que não há momento ideal; na sua opinião Timor-Leste deve avançar com a aprovação. As melhorias poderão ser efetuadas posteriormente.
- Sobre as garantias aos devedores, referiu que estas estão asseguradas, sem prejuízo de um tratamento condizente para o caso da insolvência fraudulenta.

v) No prosseguimento da interação com os Deputados, o convidado teve ainda a oportunidade de expor a sua opinião sobre as seguintes questões:

- Em todos os países, a esmagadora maioria das empresas são micro, pequenas e médias. As grandes empresas representam apenas cerca de 8%. Portanto, não é uma característica exclusiva de Timor-Leste que as micro, pequenas e médias constituam a maioria das empresas.
- A finalidade de uma lei de insolvência não é pagar aos credores. É recuperar a empresa, se for viável, ou realizar a sua liquidação ordenada. A recuperação das empresas é sempre feita às custas dos credores, que abrem mão de parte dos seus créditos; são eles que votam o plano de recuperação e tomam essa decisão.
- É ao credor que cabe avaliar o risco e não à Câmara de Comércio e Indústria. As associações empresariais não devem ter aqui nenhum papel. Esta é uma tarefa que cabe só ao credor, que tem de fazer esse juízo, fazer essa avaliação e decidir sobre o risco que está disponível a correr.
- Os únicos créditos que têm uma proteção especial são os dos credores que concedem crédito depois de a empresa ter entrado no processo de recuperação e insolvência. Dando um exemplo referiu que sobre isso há uma Diretiva da UE de 2019. Como se vê, isto é recente na Europa, e cabe aos senhores Deputados decidirem se se deve dar este tratamento especial a estes créditos. Na sua opinião devemos adotar esta perspetiva, que aliás está prevista no Código.

- O *fresh start* só é aplicável à pessoa singular titular de empresa, não à sociedade comercial; mas desde que a insolvência não seja fraudulenta.
- Em termos do apoio do Estado a empresas em dificuldades só se admite em casos excecionais. Só situações extraordinárias devem merecem tratamento excecional, como foi o caso da COVID. Fora disso, os Estados não devem por a "mão por baixo dos devedores e credores". Tem de se deixar o mercado funcionar, com os seus riscos. Os empresários credores, como os devedores, são adultos e são eles que têm de correr o risco das decisões que tomam e o Estado não deve ter uma postura paternalista.

II – APRECIAÇÃO

8. PRINCIPAIS QUESTÕES QUE O PROJETO DE LEI SUSCITA

8.1. Desjudicialização dos processos de insolvência – Dos tribunais para a Administração Pública

a) Na tradição e experiência de muitos países, designadamente os países lusófonos, incluindo Macau, os processos de recuperação e insolvência são conduzidos pelo Tribunal, estando a cargo de um juiz. Assim, é o Tribunal que faz a nomeação do administrador de recuperação e insolvência e supervisiona o seu desempenho.

   É verdade que há países em que há instituições não judiciais que desempenham um papel nos processos de recuperação e/ou de insolvência. Sabemos que há pelo menos 34 países nesta situação, porque são membros afiliados de uma organização mundial chamada Associação Internacional de Reguladores de Insolvência (*International Association of Insolvency Regulators - IAIR*). As funções que desempenham variam de país para país.

   A presente Proposta de Lei opta por um modelo em que a condução dos processos de recuperação e insolvência é feita não pelo tribunal, mas por uma entidade administrativa, designada por "Balcão de Recuperação e Insolvência" (BRI).

b) Como já foi visto atrás, designadamente nos pontos 4.2 e 5.2., bem como nas opiniões expressas durante as audiências públicas, esta solução tem os seus riscos em face das fragilidades atuais e requererá um enorme trabalho de capacitação institucional e de capacitação técnico-profissional desta entidade administrativa.

c) Exigirá também uma decisão bem ponderada sobre o seu enquadramento institucional.

Primeiro, sobre a decisão de se será uma entidade da administração direta ou da administração indireta.

Segundo, sobre que departamento ministerial exercerá a direção ou a tutela, conforme o caso. Nos países que seguem este modelo, às vezes está no Ministério da Justiça, outras vezes no Ministério das Finanças, e algumas vezes no Ministério do Comércio e Indústria.

Terceiro, sobre o regime de exercício de funções por parte dos funcionários afetos à entidade, isto é, se será em regime de exclusividade ou em acumulação com outras funções que já exerçam enquanto funcionários ou agentes da Administração Pública.

Sobre estas questões, numa Nota Informativa produzida pela Unidade de Apoio Jurídico do MECAE, em 2016, sobre o documento do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) "*TIMOR-LESTE: Documento de Política sobre a Conceção e Implementação de um Sistema de Insolvência, Junho de 2016*", aquela Unidade recomendava a inserção desta entidade como uma unidade da administração direta no ministério competente, para minimizar os custos em recursos humanos. Recomendavam também que o seu quadro de pessoal fosse composto por 1 gestor, 1 administrativo, 1 assessor especialista em insolvência, e 2 ou 3 profissionais a serem formados e orientados em direito comercial, insolvência e gestão de empresas.

8.2. Estatização da administração da insolvência – agentes da Administração Pública em vez de profissionais privados

a) Esta Proposta de Lei faz opção por um modelo em que o Administrador de Recuperação e Insolvência (ARI) não é um profissional privado independente, mas um agente da Administração Pública.

b) Dada a natureza das suas funções, e as qualificações e experiência profissionais requeridas, o ARI é normalmente um profissional privado e

independente, conhecedor das matérias de administração de empresas, contabilidade empresarial, gestão de património ou direito comercial/empresarial. Ele só atua quando há um caso de insolvência e é nomeado para administrar esse caso. Quando não tem nenhuma nomeação e não está a exercer como ARI, está ocupado com tarefas da sua profissão no seu escritório privado.

c) Além dos estudos e qualificação técnica, é no exercício quotidiano que esses profissionais privados adquirem e aprofundam o traquejo e o domínio necessário das matérias que lhes serão úteis e indispensáveis quando tenham de atual como ARI.

d) Quando se opta por um modelo em que o ARI é recrutado de entre funcionários ou agentes da Administração Pública, a questão que logo se coloca é a de saber se há dentro dela profissionais com o perfil técnico e experiência requeridos. Quando a resposta é não, defende-se logo com o argumento de que o ARI pode ser recrutado "ad hoc", por contrato a termo com a Administração Pública, de entre profissionais privados. Eventualmente argumentar-se-ia, em adição, que o recurso a este expediente acabaria por ser quase o mesmo que nomear um profissional privado como ARI. Só a experiência poderá dizer se esta solução funcionará na prática.

e) Não podemos deixar de notar que a Proposta de Lei se afastou da opção que tinha sido feita no Projeto de Código de Recuperação e Insolvência, em 2017, em que o ARI era recrutado de entre profissionais privados. Na alínea b) do artigo 22.º (funções do BRI) do Projeto afirmava-se que uma das funções do BRI era a "*formação, avaliação, certificação e supervisão dos profissionais que venham a exercer as funções de administradores de recuperação e insolvência, assegurando a existência de uma bolsa de profissionais que possam desempenhar as funções de ARI*" (o sublinhado é nosso). E depois no n.º 1 do artigo 44.º (nomeação e estatuto do BRI) afirmava-se que "*a nomeação do*

ARI é da competência do BRI, recaindo em pessoa inscrita na lista oficial de administradores de recuperação e insolvência [...]".

f) Nas audiências públicas houve várias opiniões a favor da solução contemplada no Projeto do Código, onde o BRI possuiria uma lista de ARIs previamente acreditados, constituída por profissionais independentes, formados em contabilidade empresarial, direito, gestão de empresas, com 5-10 anos de experiência adequada ao exercício da função.

8.3. Estatuto do Administrador de Recuperação e Insolvência – Uma lacuna que há que suprir

a) No Projeto de Código da Recuperação e Insolvência, de 2017, - que, como já vimos, optava pelo modelo de ARI privado e independente – o Estatuto do ARI é matéria remetida para diploma legislativo próprio. O artigo 44.º tinha como epígrafe "nomeação e estatuto".

b) O Estatuto do ARI, como prática universal e também recomendada pelo "Guia Legislativo sobre uma Lei de Insolvência" da UNCITRAL (Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional), o estatuto do ARI inclui matérias como (i) Qualificações, (ii) Acreditação/Certificação, (iii) Seleção e nomeação, (iv) Supervisão, (v) Funções e Tarefas, (vi) Deveres de confidencialidade, (vii) Remuneração, (viii) Agentes e auxiliares do ARI, (ix) Destituição, (x) Substituição.

c) Nesta Proposta de Lei, o artigo 44.º mantem a mesma epígrafe ("nomeação e estatuto"), mas sobre o estatuto nada é dito.

d) Qualquer que seja a solução, isto é, quer se opte por ARI como trabalhador da Administração Pública ou ARI como profissional privado independente, será necessário regular o seu Estatuto. No mínimo, devemos desde já nesta lei, fixar uns critérios mínimos sobre qualificação profissional, formação, exame de acreditação/certificação.

8.4. BRI e ARI – Desconfundir a função institucional do BRI da função técnico-profissionais do ARI.

a) Há funções de condução do processo de recuperação e insolvência que são funções de natureza institucional e que cabem ao BRI. Estas funções são aquelas que caberiam ao Tribunal no modelo "judicionalizado". São funções de condução e superintendência do processo e supervisão do ARI. Estas funções são distintas das funções de administração da recuperação e insolvência, que são funções de natureza técnico-profissional ligadas ao planeamento e execução prática das medidas concretas de recuperação da empresa ou da sua liquidação.

b) Identificámos vinte e quatro (24) instâncias (situações) em que funções atribuídas ao BRI no Projeto do Código, foram transferidas para o ARI. Por ora, não seremos exaustivos enumerando todos os casos. Como também não afirmaremos peremptoriamente, por ora, que em todos os casos a alteração provoca uma distorção do modelo das relações funcionais e separação das competências, segundo o qual o BRI deverá exerce a supervisão e garante o controle das decisões do ARI. Mas há casos em que, de facto isto ocorre. Com efeito, em alguns casos essa garantia de controlo é eliminada, designadamente quando se atribui ao ARI o controlo dos seus próprios atos.

c) Vejamos o seguinte exemplo, relativamente à lista de créditos e sua graduação:

   i. O artigo 88.º estabelece que a lista dos credores é elaborada pelo ARI;

   ii. O artigo 89.º dispõe que a lista pode ser impugnada. O mesmo artigo estipula que o ARI pode responder à impugnação;

   iii. No n.º 1 do artigo 92.º, que trata da decisão sobre a verificação e graduação de créditos e sua homologação, a competência foi retirada ao BRI e atribuída ao ARI. Ou seja, o ARI decide e homologa a lista por si mesmo preparada. Não pode ser! É como ser juiz em causa própria;

iv. No n.º 2 do mesmo artigo 92.º, que trata da decisão sobre as impugnações à lista de créditos e sua graduação, a competência foi retirada ao BRI e atribuída ao ARI. Ou seja, o ARI decide sobre as impugnações apresentadas contra a lista de créditos por ele mesmo elaborada. Claro que não pode ser!

d) Com isto queremos dizer que será necessário, na fase da Especialidade deste processo legislativo, passar a pente fino cada uma dessas 24 transferências de competência do BRI para o ARI, para garantir que a coerência do sistema não é colocada em causa.

8.5. Créditos laborais

a) No Projeto do Código, os créditos laborais tinham preferência sobre todos os créditos, exceto os créditos do processo (os custos da administração do processo). Esta é uma opção cada vez mais universalmente defendida.

b) Como se pode ler no já mencionado "Guia Legislativo sobre uma Lei de Insolvência" da UNCITRAL, na maioria dos Estados os créditos laborais constituem uma categoria ou classe de créditos. E num número significativo de casos, esses créditos estão graduados acima dos próprios créditos garantidos. Esta abordagem é consistente com a proteção especial que é assegurada aos trabalhadores noutras áreas do regime de insolvência (por exemplo, manter a continuidade do emprego é uma das prioridades da recuperação da empresa ou a sua venda como um todo, de modo a que ela possa continuar a operar como empresa), como também é consistente com a proteção aos trabalhadores consagrada em tratados internacionais[14].

c) Estas soluções que posicionam os créditos laborais acima dos créditos garantidos, justificam-se ainda, como defendeu o Professor Paulo de Tarso Domingues, pelo facto de que o trabalhador é um credor diferente dos

[14] Por exemplo, a Convenção da OIT n.º 173, de 1992, sobre a Proteção das Reclamações dos Trabalhadores (Insolvência do Empregador). Podemos ainda referir a antiga Convenção sobre a Proteção dos Salários de 1949 (n.º 95) da OIT.

demais. Por necessidade de subsistência, ele dá como crédito o seu trabalho para receber o pagamento no final de um determinado período (semana ou quinzena ou mês). Os outros credores são empresários, e quando concedem crédito estão no exercício do seu negócio e assumem os riscos inerentes ao mesmo; concedem crédito a troco de um ganho, que são os juros.

d) Nesta Proposta de Lei os créditos laborais foram despromovidos, passando para uma posição inferior aos créditos garantidos. Esta solução prevista na Proposta de Lei poderia eventualmente encontrar alguma explicação ou justificação se o nosso país possuísse um fundo de compensação de salários, que assumiria o pagamento de salários e outros créditos laborais em lugar da empresa insolvente, como alguns países possuem.

e) Esta matéria, a nosso ver, deverá merecer consideração na fase da Especialidade do processo legislativo.

8.6. Quadro Legal complementar

Ficou evidenciado pela análise dos estudos a que a Comissão teve acesso, bem como pelas opiniões e argumentos apresentados à Comissão no âmbito das audiências públicas que, além das importantes tarefas de criação do quadro institucional adequado e da capacitação profissional, é condição indispensável ao sucesso do sistema de insolvência que se quer implantar, que se adote legislação que, em conjunto com o Código, venha completar o quadro legal conexo com as matérias da insolvência e recuperação. A legislação deverá cobrir, nomeadamente, as seguintes matérias:

a) Contabilidade empresarial organizada e padronizada.
b) Registo de resultados e contas anuais das empresas.
c) Acreditação/certificação de contabilistas profissionais e auditores de contas.
d) Registo Predial e registo de hipotecas.
e) Organização e funcionamento do Balcão de Recuperação e Insolvência

f) Estatuto do Administrador de Recuperação e Insolvência

8.7. Entrada em vigor

a) Outro aspeto importante a resolver prende-se com a entrada em vigor do Código. Todas as partes ouvidas, incluindo o Governo, reconheceram que a *vacatio legis* não deve ser inferior a 6 meses.

b) O argumento subjacente em defesa deste prazo alargado é o de que é necessário conceder tempo para o Governo implementar as medidas preparatórias necessárias à boa execução do Código, quer de âmbito institucional, quer de âmbito legislativo.

c) Todavia, devemos ter em conta o que a experiência nos ensina sobre este assunto, que é o facto de que muitas vezes mesmo com a entrada em vigor muito diferida, o Governo não consegue adotar regulamentação ou implementar medidas necessárias.

d) A consequência grave desta prática, é a lei entrar em vigor, passada a *vacatio legis*, sem que as medidas e legislação estabelecidas como pré-requisitos estejam adotadas. Este é um risco que se pretenderá sempre evitar. Assim, deve ser considerada uma solução alternativa à fixação de uma data para a entrada em vigor, que pode consistir em condicionar a entrada em vigor do Código à aprovação da legislação considerada como condição *sine qua non*.

III- RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO

9. Sobre o quadro de pessoal do BRI

a) Considerar a integração do BRI na administração direta, dentro do Ministério da Justiça ou das Finanças, em linha com a proposta contida na Nota Técnica do MCAE de 2016;

b) Sobre composição e designação de membros para o BRI, seguir a proposta apresentada no mesmo documento do MCAE acima referido, cujos temos já foram descritos neste Relatório e Parecer;

c) Evitar posições a tempo inteiro: o cargo de chefe/gestor do BRI pode ser exercido por inerência de funções;

d) No caso de prevalecer a atual opção de o ARI ser um trabalhador da Administração Pública, este não deverá estar à disposição do BRI a tempo inteiro: continua a exercer as suas funções na Administração Pública e só estará a tempo inteiro a trabalhar para o BRI quando nomeado para um processo de insolvência.

10. **Sobre a aprovação da legislação complementar**

Recomendamos ainda a aprovação de legislação complementar acima referida no ponto respeitante ao "Quadro legal" deste Relatório e Parecer, que aqui repetimos:

a) Contabilidade empresarial organizada e padronizada.

b) Registo de resultados e contas anuais das empresas.

c) Acreditação/certificação de contabilistas profissionais e auditores de contas.

d) Registo Predial e registo de hipotecas.

e) Organização e funcionamento do Balcão de Recuperação e Insolvência.

f) Estatuto do Administrador de Recuperação e Insolvência.

IV – CONCLUSÕES

11. **Quanto à tramitação processual legislativa**

11.1. Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça, é competente em razão da matéria, nos termos da Deliberação que fixa as competências materiais das Comissões Especializadas Permanentes e tem, por isso, legitimidade, nos termos do artigo 101.º do Regimento do Parlamento Nacional, para proceder à apreciação inicial e produzir "Relatório e Parecer".

11.2. Observa-se também que, admitido o Projeto de Lei, do despacho da Excelentíssima Presidente do Parlamento Nacional não foi interposto recurso, previsto no artigo 99.º do Regimento do Parlamento Nacional, pelo que não há obstáculo à apreciação pela Comissão.

11.3. Está cumprido o prazo mínimo estipulado no artigo 106.º do Regimento do Parlamento Nacional, pelo que o presente Projeto de Lei está em condições de ser debatido e votado na Generalidade, no Plenário.

12. **Quanto ao mérito da proposta de lei com referência ao objeto do debate na Generalidade**

12.1. Lembrando que, nos termos do n.º 1 do artigo 105.º do Regimento do Parlamento Nacional, "*a discussão na generalidade incide sobre os princípios e o sistema de cada projeto ou proposta de lei*.", não se identifica nada que pudesse esta Comissão invocar como possível causa para rejeição desta iniciativa.

12.2. Admitindo que pode ser, com mérito, reconhecida como uma boa lei, como bem foi também reconhecido por todas as partes ouvidas, e assumindo que, como se costuma dizer, as leis podem sempre ser melhoradas no futuro, guiados pela experiência de implementação na prática, somos, no entanto, do entendimento de que esta proposta de lei pode e deve ser melhorada já no curso do atual processo de aprovação. Há correções e ajustes que se impõe fazer.

12.3. De entre esses aperfeiçoamentos e correções a fazer, alguns já foram identificados no capítulo da apreciação (Capítulo II). Outras matérias estão também devidamente identificadas pela Comissão e outras ainda recomendadas pelas partes interessadas ouvidas nas audiências públicas. Todas estas questões serão objeto de atenção da Comissão. Algumas impõem-se para assegurar coerência de alguns princípios, enquanto outras serão do foro das opções de política legislativa sobre modelos a adotar.

12.4. Deveremos ainda considerar para o debate na Especialidade, de entre estas últimas questões, a proposta de incluir no âmbito subjetivo do Código os credores informais.

12.5. Como ficou sobejamente demostrado ao longo deste Relatório, a boa e efetiva aplicação do Código requer trabalho a montante, de preparação das condições necessárias, quer ao nível das capacidades institucionais, quer das capacidades técnico-profissionais, quer ainda da construção do quadro legal complementar à legislação de insolvência. A ausência destas condições prévias e determinantes porá em grande risco o sucesso do sistema de insolvência que se quer implantar no país. Por isso, deverá merecer a devida ponderação a solução quanto à entrada em vigor do Código.

12.6. Por fim, convém lembrar ainda que no passado recente (2018) se defendeu que era prematura a introdução de um sistema de insolvência enquanto o ambiente de negócios não apresentasse condições propícias; bem como agora também há opiniões que entendem que o sistema de insolvência que se quer introduzir pode vir a ter efeitos contraproducentes com a retração do crédito oferecido pelos bancos comerciais, a "clandestinização" ou "informalização" das empresas e dos negócios, designadamente enquanto não houver o registo de propriedade imobiliária e de hipotecas para efeitos de garantias dos créditos, e não houver o acesso à informação credível sobre a situação financeira e patrimonial das empresas.

V – PARECER

13. Consubstanciado no que vem dito nas Conclusões, **é parecer desta Comissão** que, vindo a presente Proposta de Lei a ser agendada para "Discussão e Votação na Generalidade", deverá merecer votação favorável, pois não se verifica nenhuma

causa em matéria dos princípios e sistema nela adotados que pudesse ser invocada para conduzir à sua rejeição na votação na Generalidade.

14. **É ainda parecer da Comissão** que a Proposta de Lei carece de ajustes e aperfeiçoamentos, que em muitos casos se impõe fazer em benefício dos princípios e do sistema adotados, a serem considerados e efetuados na fase própria deste processo legislativo. Nessa ocasião deverão ser ponderadas todas as matérias arroladas pela Comissão, bem como pelas partes ouvidas nas audiências púbicas, para a melhoria do Código.

V – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

15. A Comissão observou, na feitura do presente Relatório, as disposições do artigo 34.º do Regimento do Parlamento Nacional, designadamente o n.º 1 quanto ao seu conteúdo, o n.º 2 quanto ao formulário, o n.º 4 quanto à iniciativa e responsabilidade, e o n.º 5 quanto ao objeto da votação.

16. O Relatório e Parecer foi discutido e votado na Comissão, na reunião do dia 28 de Maio de 2025, quarta-feira, tendo sido aprovado com 6 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções.

Díli, Sede do Parlamento Nacional, 28 de maio de 2025.

O Relator,

Albino da Silva

O Presidente da Comissão,

Patrocínio Fernandes dos Reis

SERVIÇO DE REGISTO E VERIFICAÇÃO EMPRESARIAL, INSTITUTO PÚBLICO
GABINETE DO DIRETOR EXECUTIVO

Complexo obrigado barraks"Nopen,Vila Verde, Dili, Timor-Leste Tel. +670 78608666, +670 3310 316,
email: serve@.gov.tl, website: www.serve.gov.tl

Ofício n.º: 97 /Gab. Diretor-Executivo/SERVE.IP/IV/2025

Díli, 5 de Maio de 2025

Recebido na Comissão, no dia 05/05/2025, 2ª feira pelas 15 horas
Dra. Digna

A Sua Excelência

Senhor Deputado Patrocínio Fernandes dos Reis

Presidente da Comissão A

Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste

Assunto: **Análise da Proposta de Lei do Código de Recuperação e Insolvência e seu Impacto no SERVE.IP**

Excelência,

Em cumprimento à solicitação expressamente feita durante a audiência entre a Comissão A do Parlamento Nacional e o Serviço de Registo e Verificação Empresarial, Instituto Público (SERVE.IP), tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a análise elaborada pelo SERVE.IP sobre a Proposta de Lei do Código de Recuperação e Insolvência, com ênfase particular no impacto que esta poderá ter sobre o funcionamento da instituição.

1. Introdução

A Proposta de Lei do Código de Recuperação e Insolvência visa estabelecer um regime normativo moderno, adequado à realidade económica e jurídica de Timor-Leste, colmatando a ausência de um quadro legal claro e eficaz para a recuperação financeira e a liquidação ordenada de empresas em dificuldades económicas. Neste contexto, o SERVE.IP, enquanto entidade pública encarregada do registo comercial, desempenha um papel estratégico na concretização das medidas previstas. Tal circunstância exige uma análise rigorosa das implicações desta proposta legislativa no exercício das suas atribuições, em especial no que diz respeito à articulação com o futuro Balcão de Recuperação e Insolvência (BRI).

2. Enquadramento Legal

A Proposta de Lei fundamenta-se no quadro constitucional da República Democrática de Timor-Leste, bem como nas normas legais que atribuem ao

Complexo obrigado barraks"Nopen,Vila Verde, Dili, Timor-Leste Tel. +670 78608666, +670 3310 316,
email: serve@.gov.tl, website: www.serve.gov.tl

Parlamento Nacional competência legislativa em matérias de natureza económica e comercial. No âmbito do presente parecer, e no que se refere ao SERVE.IP, destacam-se os seguintes diplomas legais como particularmente relevantes:

- A Lei n.º 10/2017, de 17 de Maio, de Timor-Leste, aprova a Nova Lei das Sociedades Comerciais, estabelecendo o regime jurídico aplicável à constituição, funcionamento, transformação, fusão, cisão e dissolução das sociedades comerciais no país;
- Decreto-Lei n.º 16/2017, de 17 de maio, que regula o Registo Comercial em Timor-Leste, assegurando a transparência e a segurança jurídica dos atos empresariais;
- Decreto-Lei n.º 83/2022, de 23 de novembro, que altera o regime jurídico do licenciamento de atividades económicas;
- Decreto-Lei n.º 89/2023, de 20 de dezembro, que estabelece o regime de licenciamento setorial das atividades comerciais;
- Decreto-Lei n.º 7/2017: Cria o SERVE.IP (Serviço de Registo e Verificação Empresarial), instituto público com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com o objetivo de centralizar, modernizar e simplificar os processos de registo e verificação de entidades empresariais, garantindo maior eficiência e segurança jurídica no setor empresarial. Etc

3. Síntese dos Procedimentos de Colaboração entre o SERVE, I.P. e as Entidades Envolvidas no Processo de Licenciamento de Atividades Empresariais

Esta descrição destina-se a informar e subsidiar as comissões do Parlamento Nacional no desenvolvimento da Proposta de Lei do Código de Recuperação e Insolvência, garantindo que os procedimentos de licenciamento e cooperação entre entidades sejam devidamente considerados para evitar sobreposição de competências e conflitos normativos.

- Registro e Declaração Prévia de Atividade

Complexo obrigado barraks"Nopen,Vila Verde, Dili, Timor-Leste Tel. +670 78608666, +670 3310 316,
email: serve@.gov.tl, website: www.serve.gov.tl

O SERVE, I.P atua como o ponto central de registro das atividades empresariais:

- Declaração Inicial: o interessado submete a documentação necessária, incluindo dados fiscais e informações sobre a atividade.
- Base de Dados: o SERVE registra as atividades na Base de Dados de Exercício e Licenciamento, informando o requerente sobre possíveis exigências de licenciamento setorial.

- Encaminhamento aos Órgãos Competentes

  Para atividades classificadas como de médio e alto risco, o SERVE transfere automaticamente o processo à Direção-Geral do Comércio ou a outras entidades responsáveis pela emissão de licenças específicas.

- Coordenação na Emissão de Licenças

  As instâncias competentes realizam avaliações técnicas (vistoria, estudos de impacto ambiental, etc.) e comunicam suas decisões ao SERVE, que formaliza o registro e emite os certificados necessários aos requerentes.

- Supervisão e Atualização

  O SERVE, em coordenação com a Autoridade de Inspeção e Fiscalização (AIFAIESA), assegura a supervisão contínua das empresas registradas e exige atualizações anuais de cadastro.

4. Análise do Impacto da Proposta de Lei no SERVE.IP

A Proposta de Lei introduz dispositivos que impactam direta e indiretamente as funções do SERVE.IP, dos quais se destacam:

- A Proposta prevê a criação do Balcão de Recuperação e Insolvência (BRI), que, conforme estabelecido nos artigos 5.º e 21.º, assumirá a responsabilidade pela gestão e tramitação dos processos de recuperação e de insolvência. Nesse contexto, por conseguinte, o BRI operará em estreita colaboração com o SERVE.IP, garantindo uma coordenação eficiente entre as duas entidades, de forma a assegurar a devida atualização e anotação nos registos públicos pertinentes, conforme as exigências legais. Como por exemplo, o artigo 3.º da

Complexo obrigado barraks"Nopen,Vila Verde, Dili, Timor-Leste Tel. +670 78608666, +670 3310 316,
email: serve@.gov.tl, website: www.serve.gov.tl

proposta estabelece que apenas entidades sujeitas a registo comercial poderão ser objeto de processos de recuperação ou insolvência, implicando a necessidade de verificação e anotação de tais processos nos registos públicos sob responsabilidade do SERVE.IP. O artigo 23.º estipula prazos apertados (60 dias) para a atualização do registo da situação de insolvência, impondo exigências de comunicação rápida e eficiente entre o BRI e o SERVE.IP. Neste contexto, a cooperação entre o SERVE, I.P. e o BRI é essencial para garantir a transparência, eficiência e segurança jurídica na gestão dos processos de recuperação e insolvência empresarial. A seguir, destacam-se possíveis formas específicas dessa colaboração no futuro:

- Integração de Sistemas e Dados
  - Criação de uma Plataforma Digital Conjunta: Implementação de um sistema integrado que permita o compartilhamento de informações em tempo real entre o SERVE, I.P. e o BRI.
  - Sincronização de Registros: Garantir que os processos de recuperação e insolvência sejam automaticamente atualizados nos sistemas do SERVE, I.P., promovendo maior precisão nos registros públicos.
- Procedimentos Padronizados
  - Harmonização de Protocolos: Criação de diretrizes operacionais padronizadas para evitar discrepâncias e agilizar o fluxo dos processos, além de implementar soluções tecnológicas que diminuam as etapas manuais e reduzam os erros administrativos.
- Colaboração Operacional
  - Criação de Grupos de Trabalho Interinstitucionais: Formar equipes mistas para lidar com casos que demandem análise mais detalhada ou intervenção coordenada.
  - Reuniões Regulares: Promover encontros periódicos para alinhamento de estratégias e resolução de possíveis divergências nos procedimentos.

Complexo obrigado barraks"Nopen,Vila Verde, Dili, Timor-Leste Tel. +670 78608666, +670 3310 316,
email: serve@.gov.tl, website: www.serve.gov.tl

- Atendimento Integrado
  - Implementação de Balcões Únicos: Disponibilizar serviços centralizados para facilitar o acesso das empresas a informações e suporte, tanto do SERVE, I.P. quanto do BRI.
  - Consultoria Personalizada: Fornecer assistência jurídica e administrativa coordenada para empresas em recuperação ou insolvência.
- Monitoramento e Avaliação de Impacto
  - Sistema de Alerta Antecipado: Desenvolver mecanismos para identificar empresas com alto risco financeiro, permitindo uma abordagem preventiva.
  - Análise de Indicadores de Desempenho: Monitorar o impacto das ações conjuntas e propor ajustes que melhorem os resultados operacionais e estratégicos.
- Formação e Treinamento
  - Capacitação Conjunta de Colaboradores: Organizar treinamentos voltados para o entendimento das legislações aplicáveis e das melhores práticas em gestão de processos de recuperação e insolvência.
  - Realização de Workshops e Seminários: Fomentar o intercâmbio de conhecimento entre as equipes do SERVE, I.P. e do BRI, abordando tendências e desafios do setor.

5. Recomendações e Considerações Finais

- **Colaboração Efetiva entre o SERVE.IP e o BRI**: No futuro, espera-se que o SERVE.IP e o Balcão de Recuperação e Insolvência (BRI) trabalhem em total sinergia, com sistemas integrados que compartilhem dados em tempo real, facilitando a atualização dos registros comerciais e garantindo que os processos de recuperação e insolvência ocorram de forma eficiente e sem obstáculos burocráticos.

Complexo obrigado barraks"Nopen,Vila Verde, Dili, Timor-Leste Tel. +670 78608666, +670 3310 316,
email: serve@.gov.tl, website: www.serve.gov.tl

- **Processos Automatizados e Simplificados**: Com o avanço da digitalização, o processo de recuperação e insolvência será cada vez mais automatizado, com o SERVE.IP registrando automaticamente as situações de insolvência e recuperação no sistema, garantindo maior precisão e redução de erros administrativos.
- **Apoio Personalizado às Empresas**: Espera-se que o SERVE.IP e o BRI ofereçam serviços de consultoria mais personalizados, com atendimentos dedicados para empresas em dificuldades financeiras, ajudando-as a navegar no processo de recuperação com maior clareza e suporte jurídico e administrativo.
- **Sistema de Monitoramento Antecipado**: No futuro, o SERVE.IP poderá implementar um sistema de alerta antecipado, permitindo detectar empresas em risco financeiro antes que a situação se agrave. Isso possibilitará uma abordagem preventiva, oferecendo orientações e suporte para evitar a falência de empresas viáveis.
- **Treinamento Contínuo e Capacitação**: O SERVE.IP e o BRI devem continuar promovendo a capacitação de suas equipes de forma contínua, garantindo que estejam atualizadas sobre as últimas práticas e legislações, melhorando a eficiência operacional e a gestão de processos de recuperação e insolvência.
- **Sustentabilidade e Transparência no Sistema**: No futuro, a colaboração entre as entidades será caracterizada pela transparência e pela sustentabilidade no processo de recuperação das empresas. O SERVE.IP desempenhará um papel central nesse esforço, fornecendo dados e informações confiáveis para que as decisões tomadas no processo de recuperação e insolvência sejam sempre informadas e adequadas.

Essas ações, no futuro, fortalecerão o ambiente empresarial em Timor-Leste, garantindo que as empresas tenham uma segunda chance em situações de dificuldades financeiras, ao mesmo tempo em que asseguram a segurança jurídica e a eficiência do sistema de registo empresarial.

Complexo obrigado barraks"Nopen,Vila Verde, Dili, Timor-Leste Tel. +670 78608666, +670 3310 316,
email: serve@.gov.tl, website: www.serve.gov.tl

Por fim, antes de concluir, aproveito o ensejo para manifestar a minha mais alta consideração e respeito.

Com os melhores cumprimentos,

Fausto Soares Dias
Diretor Executivo do SERVE.IP

ADB's Comments on the Draft Insolvency Law
25 April 2025

We appreciate the government's commitment to enhancing the legal framework for corporate insolvency. We fully support the well-structured and comprehensive draft of the Insolvency Law, which aligns with international standards. A robust and well-functioning insolvency regime in Timor-Leste will be instrumental in improving access to finance, promoting entrepreneurship and innovation, enhancing the business environment, and fostering economic growth.

Regarding the draft law, we propose the following suggestions for consideration:

1. **Balanced Protection of Interests**: Ensure that the draft law provides a balanced approach to protecting the interests of creditors, debtors, and employees, maintaining trust and fairness in the insolvency process.

   Petition Rights for Insolvency Proceedings: Ensure that both the debtor and the creditor can petition for insolvency proceedings (consideration for Article 4 below, where currently only the debtor's petition is possible).

Article 4. In a situation of imminent insolvency, only the debtor can request the opening of reorganization and insolvency proceedings.

   Debtor's Participation in Negotiations: Ensure that the debtor is allowed to participate in negotiations (consideration for Article 82, where currently the debtor seems to be disallowed from participating).

Article 82.2 Only the debtor's creditors may participate in the negotiation.

2. **Specialized Bankruptcy Judges**: Include provisions for specialized bankruptcy judges to handle corporate insolvency cases in court, ensuring faster and more efficient proceedings (consideration for Article 14.1 below).

Article 14.1 Reorganization and insolvency proceedings, including all their incidents, attachments, and appeals, are urgent and take precedence over ordinary court business.

3. **Amendment of Legally Defined Insolvency Cases**: Consider defining an insolvency case as when the debtor is unable to fulfill obligations amounting to a certain percentage (e.g., not less than 10%) of the debtor's total equity capital (consideration for Article 4.1 below).

Article 4.1 A debtor who is unable to fulfill his/her obligations is considered to be insolvent.

4. **Special Provisions for Informal Lenders**: Consider introducing special provisions to address issues related to informal and non-registered lenders, either through money-lending legislation, microfinance regulation, or specific clauses in insolvency or consumer protection laws.

INTERNAL. This information is accessible to ADB Management and Staff. It may be shared outside ADB with appropriate permission.

5. **Shortening the Payment Period**: Consider reducing the period for the insolvent debtor to pay all disposable income to the Recovery and Insolvency Administrator from the proposed 5 years to 12-24 months (consideration for Article 175.1 below).

> *Article 175.1 The initial order of discharge shall stipulate that, during the five years following the closure of the reorganization and insolvency proceedings, in this chapter referred to as the cessation period, the disposable income that the debtor earns shall be deemed to have been transferred to ARI, under the terms and for the purposes of the following article.*

6. **Accrual of Interest on Loans**: Allow the accrual of interest on loans owed by the debtor until the final decree of insolvency is issued by the court (consideration for Article 59.1 below, where currently all interest accrual is suspended upon initiation of insolvency proceedings).

> *Article 59.1 Without prejudice to the following paragraph, the declaration of initiation of proceedings shall suspend the accrual of interest, whether legal or conventional, except for interest on tax debts and wage claims.*

INTERNAL. This information is accessible to ADB Management and Staff. It may be shared outside ADB with appropriate permission.

ADB nia Komentáriu kona-ba Ezbosu Lei Insolvénsia
25 Abríl 2025

Ami apresia governu nia kompromisu atu mellora enkuadramentu legál ba insolvénsia emprezariál . Ami fo apoia tomak esbosu Lei Insolvénsia ne'ebé estruturadu no abrangente tebes, iha ne'ebé aliña ho padraun internasionál.

Rejime insolvénsia ne'ebé forte no funsiona ho di'ak iha Timor-Leste sei sai hanesan instrumentu ida hodi hadi'a asesu ba finanseira, promove empreendedorizmu no inovasaun, hasa'e ambiente emprezariál, no haburas mos kreximentu ekonómiku.

Kona-ba ezbosu lei , ami propoin sujestaun sira atu konsidera mak hanesan tuir mai ne'e:

1. **Protesaun Ekilibradu ba Interese sira:** Asegura katak ezbosu lei insolvensia ne'e fo protesaun ba intereses ne'ebé ekilibradu hodi proteje interese kreditór sira nian, debitóres, no empregadores hodi mantein konfiansa no justu iha prosesu insolvénsia.

   Direitu sira Petisaun ba Prosedimentu sira Insolvénsia nian: Asegura katak tantu devedór no kreditór bele halo petisaun ba prosesu insolvénsia (konsiderasaun ba Artigu 4 iha kraik, ne'ebé agora daudaun debitór nia petisaun de'it mak konsidera pósivel).

Artigu 4. Iha situasaun insolvénsia iminente, debitór deit mak bele husu atu loke ba prosesu reorganizasaun no insolvénsia.

   Debitór nia Partisipasaun iha Negosiasaun sira: Asegura katak debitór hetan lisensa atu partisipa iha negosiasaun sira (konsiderasaun ba Artigu 82, iha-ne'ebé artigo refere seidauk fo autorizasaun/lisensa ba debitóres sira atu partisipa iha negosiasaun).

Artigu 82.2 Debitór ba kréditu sira deit mak bele partisipa iha negosiasaun ne'e.

2. **Juís sira ba Falénsia Espesializadu**: Inklui provizaun sira ba juís espesializadu sira ba falénsia hodi trata kazu sira insolvénsia ba korporativa nian iha tribunál, hodi garante prosesu sira ne'ebé lalais no efisiente liu (konsiderasaun ba Artigu 14.1 iha kraik).

Artigu 14.1 Prosedimentu sira ba reorganizasaun no insolvénsia nian, inklui insidente sira hotu, aneksu sira, no rekursu sira mak urjente liu atu hala'o duké asuntu tribunál baibain nian.

3. **Alterasaun ba Kazu Insolvénsia ne'ebé Definidu Legalmente**: Konsidera atu define kazu insolvénsia ida hanesan bainhira debitór labele kumpre obrigasaun sira ho montante persentajen nian (ezemplu la menus husi 10%) husi debitór nia kapitál ekuidade totál (konsiderasaun ba Artigu 4.1 iha kraik).

Artigu 4.1 Debitór ne'ebé labele kumpre ninia obrigasaun, nune'e nia konsideradu nu'udar insolvente.

INTERNAL. This information is accessible to ADB Management and Staff. It may be shared outside ADB with appropriate permission.

4. **Provizaun Espesiál sira ba Imprestadór Informál sira**: Konsidera atu introdús provizaun espesiál hodi rezolve kestaun sira relasiona ho emprestadór informál no sira ne'ebe la rejistu, liuhusi lejislasaun empresta osan nian, regulamentu mikrofinansa, ka kláuzula espesífiku balun iha lei insolvénsia ka protesaun ba konsumidór sira nian.

5. **Habadak Períodu Pagamentu**: Konsidera atu habadak períodu tempu ba debitór insolvente hodi selu rendimentu disponivel hotu-hotu ba Administradór Rekuperasaun no Insolvénsia nian, rekomenda husi tinan 5 hatun ba fulan 12 to'o fulan 24 (Konsiderasaun ba Artigu 175.1 iha kraik).

> *Artigu 175.1 Despaxu inisiál kona-ba demisaun tenke estipula katak, durante tinan lima nia laran hafoin taka prosesu reorganizasaun no insolvénsia nian, ne'ebé iha kapítulu ida-ne'e refere nu'udar períodu sesasaun/hapara, rendimentu disponível ne'ebé debitór hetan sei konsidera hanesan transfere ona ba ARI, bazeia ba termu no objetivu sira husi artigu sira ne'ebé tuirmai.*

6. **Akumulasaun Jurus/funan nian iha Empréstimu sira**: Permite akumula osan funan ba empréstimu sira ne'ebé debitór iha to'o desizaun finál insolvénsia fó sai husi tribunál (konsiderasaun ba Artigu 59.1 iha kraik ne'e, ne'ebé agora daudaun akumulasaun ba funan hotu-hotu ne'ebe suspende depois de hahú prosesu insolvénsia nian).

> *Artigu 59.1 Sein prejuizu ba parágrafu tuirmai, deklarasaun kona-ba inisiasaun ba prosesu sei suspende ba akumulasaun funan nian, tantu legál ka konvensionál, exetu ba funan kona-ba dívida fiskál no kréditu ba saláriu.*

INTERNAL. This information is accessible to ADB Management and Staff. It may be shared outside ADB with appropriate permission.

BNU Timor
Grupo CGD

Copy e
Distribuir aos
Deputados.
26/4/2025.

AO PARLAMENTO NACIONAL

À Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça do PARLAMENTO NACIONAL.

A/C do Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais e de Justiça do Parlamento Nacional de Timor-Leste

Dr. Patrocínio Fernandes dos Reis

Rua Formosa, Díli

S/REFERÊNCIA	DATA	N/REFERÊNCIA	DATA
104/2º/VI/2025/Com.A	04/04/2025	DG113-2025	25-04-2025

Assunto: Convite para a Audiência da PPL nº 13/V (2ª) sobre o Código de Recuperação e Insolvência.

Excelência,

O BNU Timor agradece o honroso convite para participar na presente Audiência Pública sobre a Proposta de Lei do Código de Recuperação e Insolvência ("**Código**").

Esta oportunidade de contribuir para o debate legislativo foi recebida com enorme satisfação mas também com grande sentido de responsabilidade, pois é intenção deste Banco colaborar na discussão do Código e aproveitar esta oportunidade para alertar S. Exas. para o impacto negativo que esta iniciativa legislativa terá na atividade de concessão de crédito, pelo menos no curto a médio prazo.

De todo o modo, o BNU Timor gostaria de manifestar o seu apreço pela apresentação desta iniciativa legislativa. A criação de um regime jurídico robusto e moderno em matéria de recuperação e insolvência é uma necessidade há muito identificada no ordenamento jurídico de Timor-Leste. Assim, esta proposta representa um passo essencial para a modernização do sistema jurídico nacional e para o alinhamento com as melhores práticas internacionais nesta matéria.

Em segundo lugar, é também de saudar o texto global do Código, o qual, pelo menos na sua formulação, aparenta ser coerente com os princípios fundamentais do sistema civilista que caracteriza o ordenamento jurídico de Timor-Leste. A este respeito, importa destacar o uso genericamente adequado da terminologia jurídica própria desse sistema, o que contrasta com outros diplomas que, por serem pensados originalmente em inglês

e posteriormente traduzidos para português, nem sempre respeitam as especificidades linguísticas e jurídicas do contexto nacional.

1. Agravamento das condições de concessão de crédito

Contudo, apesar dos aspetos positivos, o BNU Timor não pode deixar de expressar sérias preocupações quanto ao impacto imediato deste Código na atividade da concessão de crédito na República Democrática de Timor-Leste.

Na opinião do BNU Timor, o Código, na sua atual formulação, aumentará significativamente o risco associado à atividade de crédito bancário. Tal risco decorre, nomeadamente, da ausência de um sistema funcional e eficaz de criação e registo de garantias, particularmente hipotecas sobre bens imóveis.

Destaca-se, a título de exemplo, o disposto no artigo 56.º (Ações executivas), que determina a suspensão automática das ações executivas com a mera entrada do requerimento de insolvência, independentemente do seu mérito. Esta disposição poderá ser utilizada de forma abusiva por devedores incumpridores como expediente para atrasar ou evitar a cobrança de dívidas, agravando assim as já conhecidas dificuldades de recuperação de crédito em Timor-Leste.

Não menos relevante, importa sublinhar que, face à ausência de um sistema eficaz de criação e registo de garantias reais, nomeadamente hipotecas sobre bens imóveis, os credores bancários ficam impossibilitados de beneficiar do estatuto de credores garantidos, nos termos do artigo 74.º (Créditos garantidos) do Código. Nessa medida, os créditos bancários passarão a ser inevitavelmente classificados como comuns (artigo 79.º) ou até subordinados (artigo 77.º), com todas as consequências negativas inerentes à sua recuperação.

Ainda a este respeito, é de destacar que apenas os créditos garantidos, com garantias válidas e registadas, gozam de prioridade no pagamento, e que os demais créditos são relegados para uma posição residual na hierarquia de credores. Esta classificação tem implicações diretas na avaliação de risco feita pelas instituições de crédito, e, consequentemente, na taxa de juro aplicada aos mutuários, bem como na disponibilidade de crédito no mercado.

Assim, na prática, o presente Código, quando inserido num ordenamento jurídico sem um sistema de garantias plenamente funcional e eficaz (que é o caso da República Democrática de Timor-Leste), contribui para o agravamento do risco de crédito, repercutindo-se de forma negativa nas condições gerais de acesso ao crédito.

Neste contexto, o BNU Timor considera fundamental que a entrada em vigor deste Código seja condicionada à implementação prévia de um regime jurídico eficaz de garantias sobre bens móveis e, sobretudo, imóveis. Caso contrário, o presente Código poderá ter efeitos devastadores na atividade de concessão de crédito bancário.

2. Desafios estruturais e funcionais

O BNU Timor gostaria igualmente de destacar os enormes desafios logísticos e institucionais associados à implementação efetiva do Código. O diploma prevê a criação de estruturas técnicas e administrativas complexas, cuja operacionalização exigirá não apenas recursos financeiros e tecnológicos, mas também um capital humano altamente especializado.

Por exemplo, o Código estabelece a criação de um Balcão de Recuperação e Insolvência ("BRI") com amplas e exclusivas competências em matéria de tramitação extrajudicial dos processos de recuperação e insolvência (artigos 5.º, 20.º e 21.º).

O BRI deverá ainda manter um portal eletrónico próprio para efeitos de publicidade e registo de atos processuais (artigo 20.º, n.º 2, e artigo 37.º), o que exigirá não só infraestruturas digitais adequadas, como também a sua gestão segura e manutenção contínua.

Adicionalmente, o Código prevê ainda a atribuição de funções técnicas complexas aos Administradores de Recuperação e Insolvência ("ARIs"), cujas funções incluem a avaliação da viabilidade económica de empresas, elaboração de inventários, negociação com credores, supervisão da atividade empresarial e representação legal do devedor (artigos 44.º a 50.º).

Porém, o Código não especifica as qualificações exigidas para o exercício destas funções, nem o processo de recrutamento, formação e acreditação desses profissionais. Assim, suscita-se a questão de como será efetivamente garantida a atuação dos ARIs, sobretudo se já estão ou não identificados os profissionais com a necessária formação jurídica, financeira e empresarial adequada ao exercício das funções que lhes são atribuídas pelo Código.

A implementação eficaz do Código dependerá ainda de mecanismos de interoperabilidade entre o BRI, os tribunais, o Ministério Público, a Autoridade Tributária, a Autoridade Aduaneira, a Segurança Social e o Banco Central, conforme resulta, por exemplo, dos deveres de notificação previstos no artigo 36.º (Notificação da declaração de abertura do processo), o que coloca enormes desafios à verdadeira eficácia das soluções preconizadas pelo Código.

Em suma, a entrada em vigor do Código sem a devida estruturação prévia do BRI, sem regulamentação complementar sobre os requisitos e estatuto dos ARIs, e sem investimento nas plataformas eletrónicas previstas, corre o risco de criar um sistema legal formalmente moderno, mas operacionalmente disfuncional, gerando insegurança jurídica e desconfiança nos agentes económicos.

3. Conclusão

Face ao que antecede, embora o BNU Timor reconheça o mérito e a necessidade deste Código, recomenda vivamente uma abordagem cautelosa quanto à sua entrada em vigor, devendo esta ser coordenada com a implementação das estruturas complementares, nomeadamente (1) o sistema de registo de garantias, (2) a operacionalização do BRI e (3) a adequada formação e acreditação dos ARIs.

Só assim se poderá garantir que o novo regime jurídico produza os efeitos desejados sem comprometer, no que ao BNU Timor diz respeito, a melhoria das condições de concessão de crédito bancário na República Democrática de Timor-Leste.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Representação Permanente (BNU Timor)

(Ana Vieira de Andrade)

Diretora Geral Adjunta

BNCTL
BANCO NACIONAL DE COMÉRCIO DE TIMOR-LESTE
moris ba imi, buras ho imi

Recebido na Comissão no dia 02/05/2025, 6ª feira às 11horas.
Dignra Tilman

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
BOARD OF DIRECTORS

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA
CHAIRMAN OF THE EXECUTIVE COMMITTEE

N.º Ref.: 361/BNCTL/Sede-PKE/V/2025
Excelentíssimo Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça do Parlamento Nacional
Díli, Timor-Leste

2 de maio de 2025

Ref.: Proposta de Lei PPL n.º 13/VI (2.ª) | Código de Recuperação e Insolvência

Exmo. Senhor Deputado Patrocínio dos Reis Fernandes,

O presente documento tem como objetivo analisar a Proposta de Lei, na versão que nos foi remetida, identificando os seus principais mecanismos, procedimentos e implicações, tendo ainda especial atenção ao impacto da sua eventual aprovação nas operações do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste, S.A. e do setor financeiro em geral.

I. Análise da Proposta de Lei

1. Estrutura da Proposta de Lei

A análise que se segue apresenta uma descrição detalhada do conteúdo da Proposta de Lei, que se encontra formalmente estruturada em onze títulos.

2. Título I – Disposições Introdutórias

2.1. As disposições introdutórias reúnem essencialmente três partes dedicadas, respetivamente, às disposições gerais, à competência jurisdicional e ao Balcão de Recuperação e Insolvência ("**BRI**").

2.2. A primeira parte define os conceitos essenciais para a aplicação do futuro diploma, incluindo termos como "Administrador de Recuperação e Insolvência" ("**ARI**") e "Devedor" (cf. Artigo 1.º da Proposta de Lei).

2.3. Ademais, outros aspetos essenciais estão definidos nesta secção, tais como a finalidade do processo de recuperação e insolvência (cf. Artigo 2.º da Proposta de Lei), o âmbito subjetivo de aplicação da lei (cf. Artigo 3.º da Proposta de Lei), a própria delimitação da situação de insolvência (cf. Artigo

4.º da Proposta de Lei), e, entre outros, os princípios aplicáveis neste domínio (cf. Artigo 9.º e 10.º do Proposta de Lei).

2.4. Na segunda parte, relativa à competência jurisdicional, determina-se tribunal competente para conhecer de todas as questões relativas aos processos de recuperação e insolvência (cf. Artigo 13.º da Proposta de Lei), sendo atribuído um carácter urgente ao processo regulado no projeto (cf. Artigo 14.º da Proposta de Lei).

2.5. Por fim, o capítulo terceiro deste título da Proposta de Lei diz respeito ao BRI, sendo concretamente definidas as suas competências e funções. Trata-se da entidade responsável pela tramitação extrajudicial dos processos de recuperação e insolvência, incluindo a gestão dos custos administrativos e a coordenação dos ARIs.

3. Títulos II e III – Declaração de Abertura do Processo e Efeitos da Declaração de Abertura do Processo

3.1. Os títulos II e III da Proposta de Lei tratam da declaração da abertura dos processos de recuperação e insolvência e dos respetivos efeitos.

3.2. Mais especificamente, o Título I regula o pedido de abertura do processo, incluindo aspetos como prazo e legitimidade, (cf. Artigos 23.º a 34.º da Proposta de Lei) e a decisão sobre a abertura do processo (cf. Artigos 35.º a 43.º da Proposta de Lei).

3.3. Por outro lado, o Título II regula, além de outros aspetos, os efeitos da abertura do processo (cf. Artigos 44.º e ss. da Proposta de Lei), designadamente os efeitos sobre o devedor (cf. Artigo 48.º a 53.º da Proposta de Lei), efeitos processuais (cf. Artigo 54.º a 57.º da Proposta de Lei), efeitos sobre os créditos (cf. Artigo 58.º a 63.º da Proposta de Lei) e efeitos sobre os negócios em curso (cf. Artigo 64.º a 66.º da Proposta de Lei).

4. Título IV – Determinação do Acervo Patrimonial e dos Créditos

Este título aborda a determinação do acervo patrimonial do devedor, incluindo disposições sobre a classificação dos créditos sobre o acervo e dívidas do processo (cf. Artigos 72.º a 81.º da Proposta de Lei).

5. Título V – Fase de Negociação com Credores

O título V trata da fase de negociação com os credores, nomeadamente o início e prazo das negociações, a condução das negociações e a tutela dos credores do processo (cf. Artigos 82.º a 85.º da Proposta de Lei).

6. **Título VI - Fixação dos Créditos**

Este título aborda a reclamação, verificação, e graduação dos créditos, incluindo a lista de créditos reconhecidos e não reconhecidos, e a impugnação da lista (cf. Artigos 86.º a 96.º da Proposta de Lei).

7. **Título VII - Plano de Recuperação**

O título em questão trata da apresentação e do conteúdo do plano de recuperação, regulamentando a sua aprovação e ratificação pela assembleia de credores, bem como a execução do plano elaborado (cf. Artigos 97.º a 122.º da Proposta de Lei).

8. **Título VIII - Declaração de Insolvência e Liquidação**

8.1. O título VIII aborda a declaração de insolvência e os efeitos dessa declaração sobre o devedor e os membros dos órgãos sociais.

8.2. Em concreto, determina-se que a declaração de insolvência priva o devedor dos poderes de administração e disposição dos bens, que passam a competir ao ARI.

8.3. Este título contém ainda disposições sobre a liquidação do acervo patrimonial e o pagamento aos credores, nomeadamente no que diz respeita a elaboração de um plano de liquidação, venda de bens e pagamento aos credores (cf. Artigos 123.º a 166.º da Proposta de Lei).

9. **Título IX - Incidentes Especiais**

Este título trata da qualificação da situação de insolvência como fortuita ou culposa, com implicações para os administradores do devedor, e da exoneração do passivo restante do devedor (cf. Artigos 167.º a 182.º da Proposta de Lei).

10. **Título X - Encerramento do Processo**

Neste título, são abordados as condições e efeitos do encerramento do processo de recuperação e insolvência (cf. Artigos 183.° a 187.° da Proposta de Lei).

11. Título XI - Normas de Conflitos e Processos de Insolvência Estrangeiros

O último título da Proposta de Lei trata das normas de conflitos e da cooperação com processo de recuperação e insolvência estrangeiros, incluindo a coordenação de processos concorrentes e a proteção dos credores (cf. Artigos 188.° a 225.° da Proposta de Lei).

II. Potenciais Impactos da Proposta de Lei no Sector Financeiro

1. Parte Geral

1.1. A Proposta de Lei apresenta várias disposições que poderão impactar a atividade financeira em Timor-Leste, nomeadamente as matérias referentes à suspensão de juros, a conversão de créditos e as restrições à compensação, regras sobre prioridades na liquidação dos créditos garantidos, à cooperação internacional e à proteção das transações dos credores do processo.

1.2. Algumas destas são medidas que podem beneficiar a atividade económica em Timor-Leste, aumentando a eficiência na recuperação de créditos e incentivando o apoio a empresas em dificuldades, e, por arrasto, produzir efeitos positivos sobre a atividade financeira em Timor-Leste.

1.3. Em concreto, destacamos três aspetos da Proposta de Lei que deverão ser sublinhados por serem particularmente relevantes para o BNCTL, a saber: (a) a gestão de crédito, (b), a recuperação de ativos e (c) o processo de recuperação e insolvência.

2. Gestão de Crédito

a) Suspensão de vencimentos de juros

2.1. Como acima se menciona, a Proposta de Lei estabelece, no Artigo 44.° e ss., os efeitos da declaração de abertura do processo de recuperação e insolvência.

2.2. O Artigo 58.º e ss. da Proposta de Lei regula os efeitos sobre os créditos, sendo determinado o n.º 1 do artigo 59.º, sob a epigrafe *"Suspensão de vencimentos de juros"*, que, com a declaração de abertura do processo, ocorre a suspensão do vencimento de juros, sejam eles legais ou convencionais, excetuando-se apenas os juros relativos a dívidas tributárias e créditos salariais.

2.3. Esta disposição poderá impactar em termos gerais a atividade bancária, incluindo o BNCTL. Isto porque, a suspensão do vencimento de juros afeta diretamente a rentabilidade dos créditos concedidos pelo Banco, dado que os juros são uma componente essencial das suas receitas.

2.4. Em sentido inverso, conforme previsto no artigo 59.º, n.º 2, da Proposta de Lei, os créditos garantidos continuam a vencer juros até que o valor dos bens objeto das garantias ou privilégios seja atingido.

2.5. Esta disposição permite que os bancos mantenham alguma fonte de rendimento sobre os créditos garantidos, mesmo durante a pendência do processo de recuperação e insolvência, mitigando parcialmente os impactos financeiros associados à suspensão de vencimento de juros dos demais créditos.

b) Conversão de Créditos

2.6. O artigo 61.º da Proposta de Lei determina o seguinte:

"1. Para efeitos da participação do respetivo titular no processo:

a) Os créditos não pecuniários são atendidos pelo valor em dólares americanos estimável à data da declaração de abertura do processo;

b) Os créditos pecuniários cujo montante não esteja determinado são atendidos pelo valor em dólares americanos estimável à data da declaração de abertura do processo;

c) Os créditos expressos em moeda estrangeira ou índices são atendidos pelo valor em dólares americanos à cotação em vigor à data da declaração de abertura do processo no lugar do respetivo pagamento

2. Os créditos nas alíneas a) e c) do número anterior consideram-se definitivamente convertidos em dólares americanos, uma vez reconhecidos".

2.7. A conversão de créditos estipulada no artigo 61.º da Proposta de Lei pode ter impactos significativos para as instituições financeiras, dado que a obrigatoriedade de conversão de créditos, sejam pecuniários ou não, em dólares americanos com base na cotação vigente à data da abertura do processo poderá sujeitar os ativos a flutuações cambiais que podem resultar em perdas ou ganhos inesperados.

c) Compensação

2.8. Nos termos do artigo 62.º da Proposta de Lei, a compensação entre créditos e débitos sobre o acervo do devedor só será possível se os requisitos da compensação já estivessem verificados antes da declaração de abertura do processo.

2.9. Pese embora a norma busque garantir um tratamento ordenado dos créditos e débitos, esta disposição reduz as ferramentas disponíveis para o BNCTL gerir riscos, nomeadamente limitando a capacidade do BNCTL de utilizar compensações como mecanismo de mitigação de risco de crédito.

3. Recuperação de Ativos

a) Alienação de Bens

3.1. Nos termos do artigo 146.º, n.º 1, da Proposta de Lei, a alienação dos bens do devedor deve seguir o regime previsto no processo executivo, salvo autorização do BRI para adotar uma solução mais adequada.

3.2. Ao exigir a observância do processo executivo, a lei promove a segurança jurídica e uniformidade nos procedimentos de alienação.

3.3. Sucede, contudo, que tal opção legislativa poderá impactar diretamente a eficiência na recuperação de créditos, influenciando a forma como os ativos são recuperados e vendidos.

3.4. De todo o modo, a possibilidade de o BRI poder autorizar desvio à regra referida acima, confere alguma flexibilidade, permitindo adaptações às particularidades de cada caso e potencialmente acelerando o processo de recuperação dos bens, com implicações relevantes para os credores.

b) Pagamento aos Credores Garantidos

3.5. De acordo com o artigo 155.°, n.° 1 da Proposta de Lei, após a liquidação dos bens onerados com garantia real, o pagamento aos credores garantidos será feito de forma imediata, respeitando a prioridade estabelecida.

3.6. Trata-se de uma disposição que positiva para o correto funcionamento do setor financeiro ao aumentar a probabilidade de recuperação dos ativos vinculados a garantias reais.

3.7. A prioridade na liquidação dos créditos garantidos reforça a proteção jurídica oferecida aos bancos, garantindo que os recursos provenientes da venda dos bens sejam canalizados imediatamente para satisfazer esses créditos, e assim assegurando maior segurança na concessão de financiamentos e fortalecendo o sistema de gestão de risco e a estabilidade das instituições financeiras.

4. O Processo de Recuperação e Insolvência

a) Comunicação ao BCTL

4.1. Nos termos do artigo 37.°, n.° 2, al. b) da Proposta de Lei, o BRI deve, entre outras, "*comunicar a declaração de abertura do processo ao BCTL para que este proceda à sua inscrição na central de riscos de crédito*".

4.2. Esta medida facilita a monitorização dos riscos associados aos devedores insolventes e é positiva para o setor financeiro em Timor-Leste.

b) Cooperação Internacional

4.3. Os artigos 218.° e ss. da Proposta de Lei preveem disposições para a cooperação com tribunais e representantes estrangeiros em processo de recuperação e insolvência transfronteiriços.

4.4. A previsão destes mecanismos de cooperação poderá ser essencial para o BNCTL, particularmente em casos que envolvam devedores com ativos ou operações fora de Timor-Leste.

4.5. Ao facilitar a interação com jurisdições estrangeiras, a medida amplia as possibilidades de recuperação de ativos localizados fora do país, garantindo maior eficiência nos processos de insolvência e proteção dos interesses dos

credores. Além disso, esta abordagem promove uma interação mais robusta com sistemas financeiros globais, aumentando a eficácia na gestão de casos complexos e transnacionais.

c) Tutela dos Credores do Processo

4.6. Resulta do artigo 84.º da Proposta de Lei que os credores que financiem ou auxiliem a atividade do devedor durante o processo de recuperação serão considerados credores do processo, com suas transações protegidas contra resoluções pelo prazo de dois anos.

4.7. Sem prejuízo das sugestões de melhoria avançadas pelo BNCTL abaixo, a proteção ora prevista cria um incentivo importante para que os bancos continuem a apoiar empresas em dificuldades, confiando na segurança jurídica de suas operações.

4.8. Ao garantir a salvaguarda dessas transações, a medida reduz os riscos associados ao financiamento durante o processo de recuperação, tornando mais viável a concessão de crédito a empresas em situação difícil.

4.9. Assim sendo, a disposição pode desempenhar um papel estratégico no estímulo à recuperação econômica, ao assegurar que credores essenciais, como os bancos, possam atuar em apoio à revitalização empresarial sem o receio de sofrer prejuízos futuros.

III. Desafio de Completar Contractos com Forma Especial (Escritura Pública)

1. Generalidades

1.1. A exigência de forma especial e, em concreto, da escritura pública para a formalização de determinados contratos consta em várias disposições legais.

1.2. No contexto da Proposta de Lei, esta exigência pode surgir em situações específicas, como a alienação de bens imóveis ou a constituição de garantias reais.

1.3. Ora, o artigo 139.º da Proposta de Lei, acerca da alienação da empresa como um todo, justamente por dizer respeito a alienação como um todo, poderá envolver a venda de bens imóveis detidos pela empresa (entendida enquanto o conjunto de bens afetos a uma atividade económica) e, como

tal, exigir uma escritura pública, o que poderá constituir um obstáculo à eficiência do processo de recuperação e insolvência.

2. Análise

2.1. A imposição de forma legal poderá impactar de forma significativa os processos de reestruturação e insolvência.

2.2. Em primeiro lugar, a formalização de contratos indispensáveis, como a venda de ativos ou a constituição de garantias reais, poderá importar atrasos e *timings* que comprometem a celeridade desses processos.

2.3. Assim, ainda que indiretamente, trata-se de uma exigência que acaba por dificultar tanto a recuperação da empresa quanto a liquidação eficiente de seus bens, o que poderá prejudicar a maximização dos recursos disponíveis para os credores.

2.4. Além disso, a celebração de contratos mediante escritura pública importa sempre custos adicionais, os quais poderão representar um ônus significativo para o acervo.

2.5. Não se pode esquecer que esses custos reduzem os recursos que poderiam ser direcionados para satisfazer os credores ou para financiar a recuperação da empresa, impactando negativamente os resultados do processo de recuperação e insolvência.

2.6. Por fim, a exigência de forma especial aumenta a complexidade processual, já que demanda a intervenção de notários e outros profissionais para a formalização dos atos. Tal complexidade poderá, em diferentes níveis, dificultar a gestão do processo pelo ARI, adicionando mais etapas ao processo.

2.7. Assim, pese embora os requisitos formais visem garantir maior segurança jurídica e transparência nas transações envolvendo ativos de elevado valor, a exigência de escritura pública poderá ter diversos impactos nos processos de recuperação e insolvência.

2.8. Neste sentido, o BNCTL recomenda que seja introduzido na Proposta de Lei medidas destinadas a flexibilizar os requisitos formais de alienação dos bens do acervo, reduzir os custos e simplificar os procedimentos, garantindo assim

uma gestão mais eficiente e rápida dos processos de recuperação e insolvência, em benefício dos credores e da economia nacional.

IV. Comentários e Sugestões do BNCTL ao Texto da Proposta de Lei

1. Generalidades

1.1. O BNCTL começa por felicitar a presente iniciativa legislativa e o texto da Proposta de Lei, o qual, não obstante as possíveis oportunidades de melhoria, bem como os contributos que possam surgir da discussão e consulta das partes interessadas neste processo legislativo, representa um passo muito relevante na promoção da economia de Timor-Leste e contribui para o desenvolvimento do país.

1.2. Nos parágrafos seguintes o BNCTL procurou transmitir os seus comentários e sugestões ao texto da Proposta de Lei.

2. Artigo 2.º, n.º 3 da Proposta de Lei (aplicação do CRI às representações permanentes de entidades estrangeiras que atuam em Timor-Leste, independentemente da forma jurídica que assumam)

2.1. Sem prejuízo de se concordar com a circunstância de o CRI se aplicar aos devedores cujo centro de interesses principal esteja situado em Timor-Leste, bem como com a generalidade das normas aplicáveis em sede de conflitos e processos de insolvências estrangeiros, consideramos que o CRI se deveria também aplicar às sucursais, estabelecimentos estáveis ou outras formas de representação permanente de entidades estrangeiras em Timor-Leste, ainda que meramente informais, de modo a evitar uma fuga à aplicação das disposições do CRI.

2.2. Naturalmente, o âmbito de aplicação do CRI a estes entes ficaria limitado aos ativos que as mesmas possuíssem em Timor-Leste.

3. Artigo 3.º da Proposta de Lei (aplicação do CRI à insolvência de pessoas singulares)

3.1. Cremos que o CRI se deveria aplicar, com as devidas adaptações das regras previstas na Proposta de Lei ou através da criação de um regime legal específico no CRI para estas, às pessoas singulares, mesmo que estas não detenham empresas.

3.2. Por um lado, existem vários exemplos de direito comparado em que pessoas singulares são abrangidas por diplomas que estabelecem as regras da insolvência, visando-se, desta forma, também proteger os direitos dos credores e das próprias pessoas singulares atingidas por uma situação de insolvência.

3.3. Por outro lado, uma pessoa singular, ainda que não seja titular de uma empresa, pode ser atingida na sua esfera pessoal por uma situação de insolvência em termos análogos ao previsto no Artigo 4.º do CRI.

3.4. Efetivamente, o BNCTL entende que a ausência de tratamento legal desta realidade gera uma lacuna legislativa que introduz incerteza nos operadores económicos, a qual é prejudicial ao bom funcionamento da economia, incluindo no que se refere à atividade financeira.

4. Artigo 4.º, n.º 5 da Proposta de Lei (insolvência iminente)

O BNCTL entende que o período de 12 meses para a aplicação do juízo de prognose relativo à situação de insolvência iminente, isto é, o período futuro em relação ao qual o devedor deverá determinar se poderá vir a enfrentar dificuldades sérias para cumprir pontualmente as suas obrigações, como sendo muito extenso em virtude do dinamismo das atividades económicas, sugerindo, portanto, a sua redução para 6 meses.

5. Artigo 23.º, n.º 1 da Proposta de Lei (pedido de abertura do processo de recuperação e insolvência pelo devedor)

Considerando a natureza urgente do processo de recuperação e insolvência, o BNCTL entende que o prazo para o devedor requerer a abertura do processo deverá ser reduzido para 30 dias a contar da data do conhecimento da situação de insolvência.

6. Artigo 35.º e seguintes da Proposta de Lei (conteúdo, notificação e publicidade da decisão de abertura do processo de recuperação e insolvência)

6.1. Em paralelo às obrigações já previstas no CRI a propósito das obrigações de notificação, publicidade e registo dos atos relevantes do processo de recuperação e insolvência, o BNCTL crê que deveria ser criada uma base de

dados pública, disponível *online* e permanentemente consultável, por qualquer pessoa ou operador económico, sobre a abertura de processos de recuperação e insolvência e dos seus atos principais.

6.2. A implementação de estratégias que garantam transparência, como a utilização de um portal eletrônico para divulgação de informações, é fundamental para assegurar a confiança das partes envolvidas e garantir a integridade do processo de recuperação e insolvência.

7. Artigo 44.º da Proposta de Lei (nomeação e estatuto do ARI)

No que se refere ao ARI, o BNCTL entende que a previsão legal da instituição desta figura jurídica e dos seus poderes de atuação no âmbito dos processos de recuperação e insolvência deverá ser necessariamente acompanhada de medidas legislativas e governativas no sentido de estabelecer um estatuto legal e requisitos formativos e éticos adequados de acesso e exercício destas funções tão relevantes.

8. Artigo 46.º da Proposta de Lei (destituição do ARI)

O BNCTL entende que deverão ser incluídas disposições mais detalhadas sobre a responsabilidade e critérios de nomeação e destituição dos ARIs, sendo a clareza normativa indispensável para prevenir conflitos de interesse e assegurar uma gestão transparente e eficaz dos processos de recuperação e insolvência.

9. Artigo 62.º da Proposta de Lei (compensação de créditos e previsão de garantias financeiras excluídas do processo de recuperação e insolvência)

9.1. A previsão da regra geral de proibição de compensação de créditos no âmbito do processo de recuperação e insolvência, exceto se os requisitos da compensação já estiverem verificados à data da abertura do processo, são similares ao regime legal sobre esta matéria existente noutras jurisdições.

9.2. No entanto, esta regra, bem como a lógica de fazer depender o exercício dos direitos das instituições financeiras, como é o caso do BNCTL, da sua participação nos processos de recuperação e insolvência deveria ser mitigada, por exemplo, através da previsão legal de um tipo de garantia financeira (por exemplo, um penhor financeiro).

9.3. Este tipo de garantia financeira seria exclusivamente aplicável às garantias prestadas por empresas comerciais a instituições financeiras e permitira que estas últimas se apropriem do objeto dado em garantia, sem terem de participar no processo de recuperação e insolvência, desde que a garantia seja prestada antes da abertura do processo.

9.4. A circunstância desta garantia financeira se encontrar excluída do processo de recuperação e insolvência permitiria agilizar a sua execução por parte de instituições financeiras, bem como trazer maior confiança ao funcionamento do mercado financeiro em Timor-Leste.

10. Artigo 82.º e seguintes do Projeto de Lei (negociação com credores)

10.1. O BNCTL sugere a este respeito que sejam densificadas as proteções dos credores do processo, bem como que seja estabelecido um regime que incentive e proteja os credores do devedor que estejam dispostos a financiar o devedor com vista a apoiar a sua recuperação económica.

10.2. Em particular, deverá ser estabelecido no CRI que os créditos dos credores do processo tenham precedência sobre os restantes créditos ou que sejam graduados de forma mais favorável. O BNCTL entende que este instrumento legal poderá ser fundamental para incentivar o financiamento de empresas que se encontrem envolvidas em processos de recuperação e insolvência.

10.3. Paralelamente, sugerimos que o CRI inclua de forma detalhada meios de mediação e conciliação entre as partes, com vista a facilitar a resolução de conflitos entre credores e devedores, a promover soluções mais ágeis e menos onerosas através da via negocial, além de contribuir para a desjudicialização do processo de recuperação e insolvência.

11. Artigo 153.º do Projeto de Lei (pagamento das dívidas do processo)

11.1. Julgamos que a primazia dada ao pagamento das dívidas do processo de recuperação e insolvência deverá ser limitada, para lá da disposição que se encontra prevista no n.º 4 do Artigo indicado acima.

11.2. Desta forma, o BNCTL sugere que o valor deduzido do acervo para pagamento das dívidas do processo nunca deva exceder 10% do valor dos ativos do próprio acervo.

11.3. O BNCTL entende que esta opção legislativa é que protege melhor os interesses dos credores e contribui para reforçar a confiança dos operadores económicos no CRI.

12. Artigo 154.º e seguintes do Projeto de Lei (pagamentos dos credores)

12.1. O BNCTL entende que deverá ser previsto um novo Artigo que proceda à ordenação clara das prioridades de pagamento às várias categorias de credores (credores garantidos, credores privilegiados, credores comuns, credores subordinados, etc.).

12.2. Este novo Artigo do CRI deverá encontra-se estabelecido antes das regras concretas de pagamento a cada uma das categorias de credores.

13. Artigo 156.º do Projeto de Lei (pagamento aos credores privilegiados)

O BNCTL crê que deveriam ser incluídos expressamente no âmbito deste Artigo, por também serem créditos privilegiados, o pagamento das dívidas fiscais ou à segurança social.

14. Artigo 171.º do Projeto de Lei (exoneração do passivo restantes)

14.1. Os critérios para a exoneração do passivo restante deveriam ser reavaliados, com disposições mais claras sobre elegibilidade e o período de aplicação.

14.2. Essa revisão ajudaria a equilibrar os interesses dos credores e dos devedores, promovendo a recuperação financeira sem prejuízos excessivos.

14.3. Finalmente, de forma a evitar a adoção de uma posição demasiada punitiva e onerosa do regime legal para com os devedores que recorram a esta opção, o BNCTL recomenda que, ao invés dos atuais cinco anos, seja estabelecido no CRI que a exoneração do passivo restante do devedor operará sobre os créditos sobre o acervo que não forem integralmente pagos no processo de recuperação e insolvência ou nos três anos posteriores ao encerramento deste.

Realizada a análise acima ao Projeto de Lei, o BNCTL agradece o convite que lhe foi dirigido para participar no processo legislativo em curso e coloca-se ao inteiro dispor de V. Exa. para tudo o que julgue conveniente a este respeito.

Sem outro assunto de momento, deixamos os nossos melhores cumprimentos,

BANCO NACIONAL DE COMÉRCIO DE TIMOR-LESTE
Chairman of the Executive Committee

Marcelo da Cruz Carvalho
Presidente da Comissão Executiva

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TIMOR-LESTE

Rua 30 de Agosto, No.02, ACAIT, Dili, Timor-Leste
Tel: +670 3321022, Web: www.cci.tl Email:camaradecomerciotimorleste@gmail.com

Ref. No.026/PRE-CCITL/IV/2025 **Data, 28 de abril de 2025**

Excelentíssimo Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais e Justiça do Parlamento Nacional
Senhor, Patrocínio Fernandes dos Reis.

Assunto: Parecer da Câmara de Comércio e Industria de Timor-Leste, sobre a PPL- Código de Recuperação e Insolvência.

Excelência,

Primeiramente queira senhor Presidente, receber os nosso melhores cumprimentos, e uma vez mais agradecer o honroso convite para participar na Audiência Pública realizada no passado dia 25 de abri do corrente, onde tivemos a oportunidade de partilhar com os distintos deputados a nossa visão sobre a proposta do projeto de lei sobre o Código de Recuperação e Insolvência.

Aproveitamos ainda para felicitar, o Governo, mormente a MCAE, por esta iniciativa. Trata-se de uma Lei nova em Timor-Leste, que trará muitos benefícios para a criação de mecanismos mais rápidos de recuperação de empresas que estejam em situação de dificuldades financeiras temporárias, nomeadamente, quando não conseguem cumprir as suas obrigações sobre créditos e pagar as suas dívidas.

Por outro lado permite também, quando não seja possível a recuperação de empresas, a liquidação das mesmas , afim de não contaminarem, negativamente, toda a economia nacional.

Efetivamente, um Código de Recuperação e Insolvência moderno é essencial para salvar empresas, preservar conhecimentos, empregos e atrair investimentos, garantindo segurança jurídica e competitividade, pois, os investidores precisam de confiança na recuperação de ativos em caso de insolvência.

Aliás, preservar uma empresa significa manter dezenas ou centenas de famílias empregadas, além de garantir sustento para fornecedores locais.

Segundo o Banco Mundial, países com leis de recuperação e insolvência eficientes recuperam 30% a mais do valor das empresas em crise. Isto significa que um sistema eficiente de insolvência é classificado pelo Banco Mundial como um dos principais indicadores de um bom ambiente de negócios. Países com leis ágeis atraem mais investimentos e geram empregos de qualidade.

Da análise feita ao diploma, a agrada-nos e salientamos os pontos seguintes:

- A Preocupação de agilizar a recuperação de empresas, reduzindo burocracia e custos, para que empresas com potencial não sejam asfixiadas por dívidas temporárias.

- O equilibrar entre os interesses de trabalhadores, credores e empresários, evitando liquidações precipitadas e incentivando a reestruturação, compatibilizando o interesse social e o interesse da economia.

- A criação de um Balcão de Recuperação e Insolvência (BRI), que integra funcionários especializados, onde os processos de recuperação e insolvência devem ser instaurados, tramitados, sendo, no final, a declaração de recuperação ou insolvência homologada pelo Tribunal, conforme o caso.

- O processo de recuperação e insolvência é conduzido por um Administrador de Recuperação e Insolvência (ARI), que é nomeado pelo BRI (Balcão de Recuperação e Insolvência), dentre os funcionários especializados desse Balcão, sendo ouvidos o devedor, os trabalhadores, os credores ou a assembleia de credores.

- Apreciamos ainda que os procedimentos do processo, na fase administrativa estejam a cargo do BRI e a fase final de declaração de insolvência ou de homologação do plano de recuperação estejam a cargo do tribunal, sendo as decisões sujeitas a recurso, nos termos gerais.

- Entre demais outras soluções, esta Proposta de Lei prevê ainda que os processos de recuperação e insolvência têm caráter urgente, com tramitação prioritária sobre demais processos.

Em suma, o nosso parecer é amplamente favorável, com este Código, daremos um passo decisivo para um país mais resiliente, onde as empresas inovadoras possam renascer das crises, fortalecendo a economia de Timor-Leste. Trata-se, pois, de uma lei justa, necessária e equilibrada. Por isso, independentemente dos aprimoramentos e melhorias que se revelarem necessárias, recomendamos o seu agendamento e aprovação em sessão do Plenário do Parlamento Nacional. E nesta perspectiva, sugerimos a criação, no próprio diploma de uma comissão de acompanhamento da implementação do Código em causa, que deverá ser presidida pelo MCAE, com participação da Câmara Comercio e Industria de Timor-Leste e de todas instituições financeiras sedeadas em Timor-Leste.

Disponibilizamos ainda, caso acha interesse do Parlamento Nacional, para estarmos presente na discussão na especialidade do presente diploma.

Sem mais assunto de momento queira senhor Presidente, receber os nosso mais elevados votos e consideração .

O Presidente CCI-TL

Jorge Manuel de Araújo Serrano

Comentários à proposta de lei de um novo Código de Recuperação e Insolvência em Timor-Leste

I. Enquadramento

Como muito bem se refere na Exposição de Motivos da proposta de lei do Código de Recuperação e Insolvência, a existência de um regime legal de insolvência e recuperação é, cada vez mais essencial para o funcionamento das economias nacionais.

Seja na perspetiva da recuperação, através da existência de mecanismos capazes de possibilitar às empresas, que se encontrem em dificuldades económicas, acordar com os seus credores a reestruturação do passivo de forma a ultrapassar o momento de crise e permanecer em funcionamento com os benefícios económicos e sociais que daí advêm, nomeadamente, a manutenção de empregos, a criação de bens e/ou serviços e geração de impostos.

Esta é, de resto, a solução que a proposta de lei em causa procura privilegiar, na medida em que, declarada a abertura do processo, a sua fase inicial é sempre destinada à negociação com os credores. Só no caso de esta resultar malograda é, então, prevista a declaração de insolvência e a consequente liquidação (cfr. artigos 82.º e seguintes e 123.º e seguintes), ainda assim sendo privilegiada a transmissão da empresa como um todo com vista a permitir a manutenção ou restabelecimento do seu funcionamento (cfr. artigo 139.º e seguintes).

Não obstante as evidentes vantagens da recuperação, também a insolvência tem um papel essencial na economia. É, na verdade, através deste instituto que se eliminam do tecido empresarial empresas que não são economicamente viáveis, criando oportunidades de mercado para outras que possam ocupar (melhor) esse espaço, cumprindo as suas obrigações em igualdade de circunstâncias com os demais agentes, proporcionando os já referidos benefícios económicos e sociais, de forma viável.

É exatamente neste contexto que a insolvência é encarada na proposta de lei (cfr. artigo 30.º n.º 2, 99.º, 119.º n.º 2 e 122.º n.º 4).

De salientar ainda, no que respeita à insolvência, que também da consequente liquidação dos bens da insolvente (na formulação da proposta, "Acervo") resultam vantagens para a economia, seja na perspetiva da sua afetação a outras atividades produtivas, seja na distribuição pelos credores do produto da venda para pagamento dos créditos.

De louvar, assim, a presente iniciativa do IX Governo Constitucional que já remonta ao objetivo primeiramente fixado pelo VI Governo Constitucional.

II. Comentários às disposições da Proposta de Lei

i) Artigo 26.º n.º 4

Uma vez que, sendo o pedido apresentado pelo próprio devedor, devem ser juntos os documentos elencados no artigo 26, devendo ser justificada a falta de apresentação de algum deles, sugere-se, apenas para efeitos de clarificação, a retificação do n.º 4 do artigo 26.º nos seguintes termos:

"Não sendo possível ao requerente, **que não seja o devedor**, *fazer as indicações e junções referidas no número anterior, solicita que sejam prestadas pelo próprio devedor".*

ii) Artigo 29.º alínea a)

Considerando que, em regra, das decisões do BRI (Balcão de Recuperação e Insolvência) se admite a possibilidade de reapreciação pelo Tribunal, cremos que essa possibilidade deveria ser também admitida para os casos em que o BRI indefere liminarmente o pedido de declaração de abertura do processo.

iii) Artigo 33.º n.º 1 e n.º 8

Compreendendo-se a urgência conferida à tramitação do processo e à rapidez na realização do julgamento nos casos de oposição do devedor, é importante ter presente que, muitas das vezes, as questões suscitadas, envolvem um trabalho de análise, das partes e, principalmente, do Tribunal, e a realização de diligências prévias, que pode não ser compaginável com a concretização do julgamento em cinco dias após a receção do processo, pelo que se sugeria que essa possibilidade fosse prevista na norma legal em questão:

N.º 1 - *"Tendo havido oposição do devedor,* **e não havendo diligências a realizar anteriormente ou a complexidade das questões suscitadas o permitir**, *é logo marcada (...)".*

N.º 8 - *"Se a decisão sobre a abertura do processo não puder ser logo proferida,* **e não houver outras diligências a realizar**, *sê-lo-á no prazo de cinco dias".*

iv) Artigo 36.º n.º 5

Tendo presente que a publicação do anúncio de declaração de abertura do processo tem lugar no portal eletrónico do BRI, nos termos da alínea h) do artigo 35.º e 37.º n.º 2

alínea c), pode ser dispensável a notificação por edital na sede e nos vários estabelecimentos do devedor. Deve ser um ato a promover na sequência da decisão de declaração e, por isso, inserido no artigo 35.º, mas não considerado para efeito de notificação dos credores, que se considerarão notificados com a publicação no portal eletrónico do BRI.

v) Artigo 40.º

Parece-nos que ao devedor deve ser conferida legitimidade para interpor recurso, mesmo nos casos em que já teve intervenção no processo, o que determinaria a eliminação da alínea a) da menção da situação de revelia absoluta ou da ausência de notificação pessoal.

Com efeito, entendemos que, numa situação em que se discute a insolvência, se justifica, em qualquer caso, um duplo grau de jurisdição.

vi) Artigo 46.º

No que se refere à destituição do ARI (Administrador de Recuperação e Insolvência), que é sempre por justa causa, sugeríamos que fossem elencadas, ainda que não taxativamente, as situações em que se considera existir justa causa e que fosse prevista a possibilidade de contraditório ao ARI, antes de ser determinada a destituição, principalmente, na situação prevista no n.º 2.

vii) Artigo 53.º

Considerando a arbitrariedade que pode resultar da aplicação, por cada devedor, da possibilidade prevista nesta norma, a decisão de abertura do processo deveria fixar o valor dos fundos e da remuneração que pode ser retirada do Acervo.

Deve ainda prever-se a possibilidade de os rendimentos do Acervo não permitirem a atribuição do subsídio previsto no n.º 4, sugerindo-se a inclusão, no final dessa regra, da expressão *"**se possível**"*.

viii) Artigo 54.º n.º 1

Sugere-se a alteração do n.º 1 do artigo 54.º nos seguintes termos:

*"***Sem prejuízo do disposto no artigo 56.º,** *os processos pendentes à data da declaração de abertura do processo, em que o devedor seja parte, prosseguirão os seus termos normais,* **desde que não afetem o Acervo***".*

Se a primeira alteração serve apenas o propósito de clarificação, com a segunda procura evitar-se que, numa fase em que estão a decorrer as negociações com os credores, sejam promovidos atos de execução que possam colocar em causa a recuperação da empresa, tenha-se, por exemplo, em conta a penhora da conta bancária onde estão depositados os fundos da empresa para pagar salários, impostos, fornecedores.

ix) Artigo 56.º n.º 7

Na esteira do que referimos acima quanto ao risco de prejudicar a possibilidade de recuperação das empresas, cremos que a regra que permite manter a execução deve ser eliminada.

x) Artigo 84.º

Tendo em atenção a dificuldade de obter (mais) financiamento de credores na pendência do processo, sugeríamos que a Proposta de Lei conferisse também aos sócios da empresa que se disponibilizem a injetar mais capital para a recuperação, a mesma vantagem que é conferida aos credores, ou seja, esse financiamento não seria qualificado como um crédito subordinado, mas antes como um crédito do processo, o que, cremos, permitiria impulsionar, quando verificadas as circunstâncias, a apresentação do próprio devedor.

xi) Artigo 92.º n.º 6

Admitindo a possibilidade de não serem conhecidas do ARI as despesas suportadas pelos credores em processos de execução prévios ao de recuperação e insolvência, sugere-se que, para as mesmas serem reconhecidas, os credores as devam reclamar, sendo, para o efeito, incluída no final do n.º 6 a seguinte expressão: **"conquanto sejam reclamadas pelo credor"**.

xii) Artigo 113.º n.º 3

Considerando que o número de votos pode ser fixado considerando o valor do bem dado em garantia, cremos, por questões de certeza e de fiabilidade, que este valor deve resultar de avaliação realizada por terceiro.

xiii) Artigo 114.º n.ºs 1 e 2

Uma vez que o plano pode ser alterado na assembleia designada para a sua discussão e votação (nos termos do artigo 112.º), quaisquer dèclarações de voto que sejam recebidas *"até ao momento do início da assembleia"*, não poderão ser consideradas caso tenham ocorrido alterações ao plano ao abrigo da citada disposição, pelo que, entendemos, a possibilidade de voto por escrito deveria ser apenas a que está prevista no n.º 7 da mesma norma.

xiv) Artigo 119.º n.º 1

Com vista a garantir a conformidade com o que se dispõe no artigo 183.º n.º 1 alínea b) e 185.º, sugeríamos que a norma em causa referisse expressamente que o encerramento do processo ocorre com o trânsito em julgado da sentença que homologar o plano de recuperação:

"**O trânsito em julgado da** *sentença que homologue o plano de recuperação determina o encerramento do processo, salvo se no plano se dispuser de forma diversa*".

WONG ALLIANCE LAW OFFICE (TL) LDA

Suite #331, Level 3, Timor Plaza, Rua Presidente, Nicolau Lobato, Comoro, Dili, Timor-Leste | T/F: (670) 332 3335

RELATÓRIO PRÁTICO DE ANÁLISE
DO
PROJETO DO CÓDIGO DE RECUPERAÇÃO E INSOLVÊNCIA DE TIMOR-LESTE
(PROPOSTA DE LEI N.º.../VI/2024)

---

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por finalidade analisar, de forma prática e orientada à implementação, o Projeto de Código de Recuperação e Insolvência de Timor-Leste, Proposta de Lei n.º.../VI/2024.

O foco da análise não é académico nem de constitucionalidade, mas sim a avaliação prática, de um ponto de vista de um advogado com pratica de quase uma década de advocacia em Timor-Leste (e de mais uns bons anos em Lisboa onde tratou de muitas insolvências) da capacidade efetiva de aplicação da lei como aqui proposta, considerando a realidade concreta de Timor-Leste, que se caracteriza pela:

- ausência gera de sistemas informatizados nas repartições do país;
- fragilidade ou inexistência do registo de bens e direitos reais;
- falta de formação especializada (nomeadamente jurídica) na função pública;
- dificuldades de identificação prática de patrimónios de devedores;
- pouca disseminação da língua portuguesa na função e repartições publicas;
- Desrespeito e ignorância do princípio da legalidade no âmbito da administração publica em geral, promovendo um ambiente de informalidade e provável corrupção.

O objetivo é indicar problemas práticos, lacunas e riscos de ineficácia, propondo, quando possível, sugestões para tornar a aplicação da lei viável.

2. METODOLOGIA

A análise seguiu os seguintes princípios:

- Leitura integral do Projeto de Lei
- Análise artigo a artigo, detetando:
    - Problemas práticos de execução;
    - Lacunas na estrutura institucional necessária;
    - Dificuldades na operação pelos agentes públicos;
- Identificação de riscos práticos concretos que possam impedir ou distorcer a implementação;

- Avaliação global da viabilidade da aplicação da lei, à luz do contexto nacional.

3. NOTA GERAL SOBRE A LEI

O Projeto de Código de Recuperação e Insolvência apresenta um desenho técnico moderno, no entanto, a sua estrutura presume condições institucionais, tecnológicas e administrativas que não existem em Timor-Leste atualmente.

A implementação da lei, tal como está redigida, enfrentará enormes barreiras práticas, podendo resultar em:

- Paralisação dos processos de insolvência e recuperação;
- Desconfiança no sistema jurídico e económico;
- Aumento do espaço para práticas informais ou ilícitas.
- Uma lei "morta" sem implementação real e efetiva, descredibilizando a seriedade dos sistemas legais do País em face de outros países da ASEAN.

4. ANÁLISE PRÁTICA DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS GERAIS

4.1. AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA PARA IMPLEMENTAR O BALCÃO DE RECUPERAÇÃO E INSOLVÊNCIA (BRI)

Artigos Relevantes:

- **Artigo 5.º** — Obrigatoriedade de tramitação no BRI;
- **Artigos 20.º a 22.º** — Criação, estrutura e competências do BRI.

Problema prático:

- O BRI é apresentado como a única porta de entrada e tramitação de todos os processos de recuperação e insolvência.
- Porém, Timor-Leste não possui um BRI funcional nem existe, até hoje, capacidade instalada para criar um organismo desta complexidade (pessoal técnico, registo de processos, tramitação digital).
- A criação de um portal eletrónico (art.º 20.º, n.º 2) é inexequível no curto prazo pela falta de:
    - Sistemas de registo eletrónico confiáveis;
    - Acesso generalizado à internet em todos os municípios;
    - Pessoal capacitado para a gestão digital.

Consequência prática:

- Sem BRI operacional e estruturado, na sua totalidade, nenhum processo poderá ser corretamente iniciado ou tramitado.
- Todo o sistema de recuperação e insolvência ficaria bloqueado na prática.

4.2. DEPENDÊNCIA TOTAL DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS SEM CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Artigos Relevantes:

- **Artigos 1.º** (Definições: ARI);
- **Artigos 20.º a 22.º** (BRI e ARIs);
- **Artigo 44.º** (Nomeação do ARI).

Problema prático:

- Os Administradores de Recuperação e Insolvência (ARIs) serão nomeados entre funcionários da Administração Pública.
- Não existe hoje em Timor-Leste:
    - Formação técnica adequada em insolvência, direito, gestão empresarial ou contabilidade;
    - Experiência prática na gestão de empresas em crise ou na liquidação ordenada de património;
    - Cultura de atuação independente da função pública timorense.
- O ARI tem poderes decisivos que limitam direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (gestão do património do devedor, aprovação de planos, decisão sobre liquidação), mas na prática, em Timor-Leste, o funcionário público em geral poderá não estão preparados para exercer essas funções, nem têm formação jurídica adequada que é essencial para tomar decisões e orientar os processos de insolvência de forma justa e eficaz.

Consequência prática:

- Elevadíssimo risco de:
    - Gestão ineficaz dos processos;
    - Fraudes ou manipulações em inventários e liquidações;
    - Demoras e nulidades processuais
    - Violação de direitos constitucionais dos cidadãos.

4.3. FALTA DE REGISTO E IDENTIFICAÇÃO DE BENS E DEVEDORES

Artigos Relevantes:

- **Artigo 27.º** (Obrigação do devedor de listar bens e dívidas);
- **Artigo 35.º** (Elementos obrigatórios na declaração de abertura do processo).

Problema prático:

- A lei presume:
  - Existência de registos completos de bens imóveis, móveis e outros direitos;
  - Contabilidade organizada em empresas;
  - Facilidade na obtenção de informações bancárias e fiscais.
- Contudo, em Timor-Leste:
  - A maioria dos bens não está formalmente registada (ou se o sistema de registo existe como na Direção Nacional de Terras e Propriedades, este simplesmente não é eficaz, levam 5 meses para responder a uma carta a pedir confirmação do titular do registo, ou muitas vezes não respondem);
  - Pequenas empresas não têm contabilidade organizada;
  - Não há cadastro predial completo nem funcional (o registo de penhoras sobre imoveis decretadas pelo Tribunal por exemplo, simplesmente não se executam, o Registo Predial recusa-se a fazê-lo invocando falta de titulo de terras).
  - Dificuldade de acesso às informações fiscais e bancárias.

Consequência prática:

- Impossibilidade de identificar o real acervo patrimonial do devedor.
- Dificuldade em proteger credores e impedir ocultação de bens.
- Credores (como os bancos) com garantias reais (contratuais) não conseguem registá-las e torná-las efetivas em relação a terceiros (*erga omnes*), passando a ser tratados como credores gerais.

5. ANÁLISE PRÁTICA DETALHADA DOS PRINCIPAIS ARTIGOS

5.1. PROBLEMAS NO ARTIGO 3.º — ÂMBITO SUBJETIVO DE APLICAÇÃO

Artigo analisado:

- Artigo 3.º

Descrição:

- O Código só se aplica:

- às pessoas coletivas de direito privado;
- às pessoas singulares titulares de empresas (empresários individuais);
- às representações permanentes de sociedades estrangeiras.

Ficam excluídas:

- Pessoas singulares que não tenham empresa;
- Empresas públicas de direito público;
- Instituições financeiras (bancos, seguradoras, etc.).

Problemas práticos:

- Não é clara a identificação do tipo de pessoas a que se aplica. Se é aplicado às ENINs, isto deve ser claro e objetivo. As ENIN's constituem mais de 50% dos registos empresariais junto do SERVE, pelo que deve ser abrangido pela lei da insolvência. Aplica-se a qualquer sócio de empresa? A linguagem é muito abstrata para o contexto Timorense, levando a problemas futuros de interpretação.
- Muitos negócios em Timor-Leste são informais, sem registo comercial ou empresa formalizada – aqui a lei 3.º 1, aliena b) precisa de ser mais clara e objetiva e esclarecer se a lei se aplica a empresários informais?
- Pequenos comerciantes e operadores económicos individuais que não tenham uma "empresa" não poderão beneficiar de procedimentos de insolvência — mesmo sendo insolventes.
- Exclusão de pessoas singulares implica que famílias, nomeadamente os cônjuges dos empresários sobre endividadas não terão acesso à insolvência nem à exoneração do passivo, mantendo-se em incumprimento eterno.
- Dificuldade de delimitar na prática quem é ou não "titular de empresa", sobretudo onde não existe controlo eficaz de registo comercial.

Consequência prática:

- Elevado número de devedores ficará fora do sistema;
- O objetivo de "ordenar a economia" não será atingido;
- Aumenta a informalidade económica.

5.2. PROBLEMAS NO ARTIGO 5.º — OBRIGATORIEDADE DE TRAMITAÇÃO NO BRI

Artigo analisado:

- Artigo 5.º

Descrição:

- Todos os processos de recuperação e insolvência têm de ser obrigatoriamente instaurados no BRI.

Problemas práticos:

- Como já analisado, o BRI não existe.
- Não existe plano conhecido para:
  - Instalar o BRI fisicamente;
  - Recrutar e formar os funcionários necessários;
  - Criar o portal eletrónico para tramitação e publicidade.

Consequência prática:

- Sem BRI, nenhum processo poderá sequer ser iniciado;
- A lei entrará em vigor, mas não poderá ser aplicada.

5.3. PROBLEMAS NO ARTIGO 11.º — NOTIFICAÇÕES E PUBLICIDADE

Artigo analisado:

- Artigo 11.º

Descrição:

- Exige que notificações sejam feitas por:
  - Escrito (com prova de receção);
  - Correio eletrónico, se o destinatário tiver consentido;
  - Portal do BRI ou jornais em caso de insucesso.

Problemas práticos:

- A maioria da população não usa correio eletrónico;
- Poucas empresas têm endereço atualizado;
- O portal do BRI não existe;
- Jornais impressos têm alcance muito limitado fora de Díli.

Consequência prática:

- Altíssimo risco de notificações não chegarem aos destinatários;
- Violações do direito de defesa dos devedores, nomeadamente do direito ao contraditório;
- Processos judiciais vulneráveis a impugnações.

5.4. PROBLEMAS NOS ARTIGOS 29.º A 34.º — ABERTURA DO PROCESSO

Artigos analisados:

- Artigos 29.º a 34.º

Descrição:

- Regulam o procedimento para abertura do processo de insolvência.
- Preveem:
  - Exame liminar pelo BRI (art. 29.º);
  - Oposição do devedor (art. 32.º);
  - Decisão pelo Tribunal se houver oposição (art. 33.º);
  - Medidas cautelares (art. 34.º).

Problemas práticos:

- Sem o BRI operacional, não haverá exame liminar, notificações nem tramitação inicial.
- Os devedores não terão capacidade de organizar defesas:
  - Muitos não têm assessoria jurídica;
  - A constituição de advogado/defensor não é obrigatória (e devia ser)
  - Muitos particulares não compreendem prazos e procedimentos.
- Falta de formação dos ARIs pode levar a decisões técnicas erradas sobre aceitação ou rejeição de pedidos de insolvência.
- Medidas cautelares (como apreensão de bens) podem ser manipuladas indevidamente, dada a falta de fiscalização eficaz.
- Falta de fiscalização dos ARI's, falta de um sistema de denuncias por abuso de poder ou incumprimento processual e falta de sistema de penalidades para ARI's.

Consequência prática:

- Abertura do processo muito vulnerável a ilegalidades;
- Violação de direitos constitucionais do devedor;
- Grande probabilidade de paralisação de processos;
- Risco de abuso de poder por parte de agentes públicos.

5.5. ANÁLISE DOS ARTIGOS 35.º A 43.º — DECISÃO DE ABERTURA, PUBLICIDADE E REGISTO

- **PROBLEMAS NO ARTIGO 35.º — Conteúdo da Decisão de Abertura**

  Artigo analisado:

- Artigo 35.º

Descrição:

- Quando declara a abertura do processo, o BRI ou o Tribunal deve:
  - Identificar o devedor;
  - Nomear o ARI;
  - Fixar prazo para reclamação de créditos;
  - Determinar apreensão de bens e contabilidade.

Problemas práticos:

- Não existe um sistema unificado, nem informatizado, de registo de bens (imóveis, móveis, veículos) para cumprir apreensões com rapidez. Os sistemas que existem (registo de terras por exemplo) são burocráticos.
- Não existem sistemas informatizados de registo de bens.
- O devedor pode não ter documentos contábeis ou pode ocultá-los facilmente sem sistemas eletrónicos de controlo.

Consequência prática:

- A eficácia da apreensão patrimonial será quase nula;
- Inviabilidade de recuperação efetiva de bens para garantir os créditos.
- Falta de informatização dos sistemas impede a transparência, celeridade e eficácia dos registos.

➢ **PROBLEMAS NOS ARTIGOS 36.º E 37.º — Notificações e Registos**

Artigos analisados:

- Artigos 36.º e 37.º

Descrição:

- As notificações devem ser feitas pessoalmente e via publicação;
- A decisão de abertura deve ser registada:
  - No Registo Civil (pessoas singulares);
  - No SERVE (empresas);
  - No portal eletrónico do BRI;
  - Na Central de Riscos de Crédito do BCTL.

Problemas práticos:

- O SERVE ainda não cobre todos os negócios do país;
- Não há Central de Riscos de Crédito funcional para todos os bancos comerciais;
- Portal do BRI não existe;

- Conservatórias têm grandes atrasos e fragilidades técnicas (informatização Não Existe).

Consequência prática:

- Grande parte dos atos de registo e publicidade não poderá ser cumprida;
- O processo de insolvência não terá efeito "*erga omnes*" (contra todos) como deveria;
- Muitos credores ficarão de fora e não terão oportunidade para reclamar os seus créditos.

➢ **PROBLEMAS NOS ARTIGOS 39.º A 43.º — Recursos das Decisões de Abertura**

Artigos analisados:

- Artigos 39.º a 43.º

Descrição:

- Permitem recurso da decisão de abertura do processo, tanto para devedores como para terceiros.
- Recurso em geral não tem efeito suspensivo.

Problemas práticos:

- A função pública e os tribunais não têm capacidade técnica para processar recursos complexos dentro dos prazos apertados previstos;
- A natureza devolutiva do recurso (no geral) não abona a favor do devedor pois o Tribunal de Recurso leva em média 1 ano para decretar os seus acórdãos.
- Os devedores sem acompanhamento jurídico adequado e obrigatório (de advogado ou defensor) não terá conhecimento adequado das várias vias que lhe assiste.
- Acesso limitado à assessoria jurídica, sobretudo fora de Díli;
- A confusão entre decisões do BRI e do Tribunal poderá gerar conflitos de competência mal resolvidos.

Consequência prática:

- Risco elevado de:
    - Anulações processuais;
    - Demoras graves na resolução de processos;
    - Insegurança jurídica para credores e devedores.

5.6. ANÁLISE DOS ARTIGOS 44.º A 53.º — ADMINISTRADOR DE RECUPERAÇÃO E INSOLVÊNCIA (ARI) E GESTÃO DO DEVEDOR

➢ **PROBLEMAS NO ARTIGO 44.º — Nomeação do ARI**

Artigo analisado:

- Artigo 44.º

Descrição:

- O ARI será nomeado de entre os funcionários do BRI (administração pública).

Problemas práticos:

- Não há hoje funcionários qualificados nem em direito nem em insolvência empresarial;
- Treinamento técnico especializado é inexistente;
- Risco de captura política na nomeação dos ARIs.
- Pode gerar um sistema imparcial de decisões

Consequência prática:

- Graves falhas na gestão dos processos;
- Pode gerar perigo de manipulação de decisões para proteger interesses influentes;
- Pode violar direitos liberdades e garantias dos cidadãos.

➢ **PROBLEMAS NOS ARTIGOS 45.º A 50.º — Poderes do ARI e Administração do Devedor**

Artigos analisados:

- Artigos 45.º, 48.º, 49.º, 50.º

Descrição:

- O **ARI**:
  - Supervisiona ou substitui o devedor na gestão do património;
  - Pode ordenar liquidação de ativos;
  - Pode destituir administradores ou suspender direitos do devedor.

Problemas práticos:

- Excesso de poder concentrado em funcionários sem formação e sem mecanismos de supervisão real;
- Falta de capacidade para gestão empresarial prática (por exemplo, decidir sobre continuação ou encerramento de empresas);
- Dificuldade de aplicação de medidas coercivas (por exemplo, apreensão de bens) em áreas rurais ou fora de Díli.

Consequência prática:

- Abusos de poder;
- Decisões erradas sobre viabilidade de empresas;

- Liquidações caóticas de património.

5.7. ANÁLISE DOS ARTIGOS 54.º A 60.º — EFEITOS SOBRE CREDORES, EXECUÇÕES E CRÉDITOS

➢ **PROBLEMAS NOS ARTIGOS 54.º e 55.º — Ações Pendentes e Apensação de Processos**

Artigos analisados:

- Artigos 54.º e 55.º

Descrição:

- Os processos judiciais pendentes continuam, mas devem ser coordenados com o processo de insolvência.
- Devem ser apensados processos relacionados com responsáveis pelas dívidas.

Problemas práticos:

- Em Timor-Leste:
  - Não há interoperabilidade entre tribunais ou sistemas de registo de processos;
  - Dificuldade prática para localizar e apensar processos de diferentes comarcas;
  - Os tribunais funcionam muito lentamente e sem ligação entre eles.

Consequência prática:

- Apensação de processos será quase impossível;
- Risco de processos contraditórios e descoordenados.

➢ **PROBLEMAS NOS Artigos 56.º e 57.º — Suspensão de Execuções**

Artigos analisados:

- Artigos 56.º e 57.º

Descrição:

- Abertura do processo suspende todas as ações executivas contra o devedor.

Problemas práticos:

- Falta de comunicação eficiente entre tribunais e conservatórias impede o cumprimento da suspensão;
- Credores podem não tomar conhecimento da suspensão;

- Executores judiciais e conservadores não têm sistemas informatizados para bloqueio automático de processos.

Consequência prática:

- Execuções podem prosseguir ilegalmente, prejudicando o princípio da igualdade de credores;
- Aumento de contestações e nulidades.

➢ **PROBLEMAS NO ARTIGO 59.º — Suspensão de juros**

Artigo analisado:

- Artigo 59.º

Descrição:

- Suspende o vencimento de juros de dívidas, com exceções.

Problemas práticos:

- Na prática, não há controlo centralizado sobre cálculo de juros;
- Muitos credores (informais ou não registados) continuariam a exigir juros ilegalmente, sem meios de fiscalização.

Consequência prática:

- Confusão e litígios entre devedores e credores;

➢ **PROBLEMAS NO ARTIGO 60.º — Responsáveis Solidários e Garantes**

Artigo analisado:

- Artigo 60.º

Descrição:

- Permite aos credores reclamar contra todos os responsáveis solidários.

Problemas práticos:

- Dificuldade prática em localizar garantes e codevedores;
- Ausência de registos de garantias e fianças formais em Timor-Leste;
- Credores informais podem ser ignorados ou preteridos.

Consequência prática:

- Ineficiência na recuperação de créditos;
- Insegurança jurídica para todos os envolvidos.

5.8. PROBLEMAS NA DETERMINAÇÃO DO ACERVO PATRIMONIAL (Artigos 72.º e seguintes)

➢ **PROBLEMAS NO Artigo 72.º — Definição do Acervo Patrimonial**

Artigo analisado:

- Artigo 72.º

Descrição:

- O acervo inclui todos os bens e direitos do devedor à data de abertura do processo.

Problemas práticos:

- Como já analisado:
  - Falta de registo fiável de bens imóveis e móveis;
  - Ocultação de património é prática comum;
  - Sem cadastro predial universal;
  - Difícil acesso a informações bancárias e fiscais.

Consequência prática:

- Grande parte do acervo ficará invisível;
- Credores perderão património essencial para pagamento de dívidas.

5.9 PROBLEMAS GERAIS NO CAPÍTULO DO ACERVO

Outros problemas:

- Sem inventário confiável, não há base para:
  - Liquidação ordenada;
  - Rateio de ativos;
  - Reestruturação efetiva.

Consequência prática:

- Planos de recuperação e liquidação serão ficções jurídicas, sem correspondência prática.

6. CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS GLOBAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI COMO ESTÁ

6.1. CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS

- Bloqueio quase total da aplicação da lei;

- Nenhum processo de recuperação ou insolvência poderá tramitar normalmente;
- Desconfiança de credores e investidores no sistema de insolvência;
- Aumento da economia informal (credores tentam resolver problemas fora do sistema judicial);
- Maior espaço para possíveis práticas corruptas, abuso de poder e manipulação de processos.

6.2. CONSEQUÊNCIAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

- Perda de credibilidade institucional de Timor-Leste no mercado internacional;
- Frustração dos compromissos com a OMC e ASEAN em termos de segurança jurídica;
- Incentivo à fraude e ocultação de bens.

7. CONCLUSÕES

Após análise prática e detalhada do Projeto do Código de Recuperação e Insolvência de Timor-Leste (Proposta de Lei n.º.../VI/2024), conclui-se que:

- A lei, como atualmente redigida, não poderá ser aplicada eficazmente nas condições institucionais e administrativas hoje existentes em Timor-Leste.
- Existem barreiras estruturais muito sérias:
    - Falta de infraestrutura (BRI inexistente, portais eletrónicos inexistentes);
    - Falta de formação dos funcionários que exercerão funções decisivas (ARIs);
    - Ausência de registos fiáveis de bens e garantias;
    - Ausência total de informatização dos vários sistemas chave deste Projeto;
    - Dificuldade real de identificação de patrimónios e devedores;
    - Barreiras de comunicação (notificações, publicidade dos atos);
    - Baixa literacia jurídica e técnica da população-alvo e dos próprios ARI.
- Há diversos artigos cuja aplicação exige condições materiais e técnicas que o país ainda não possui (ex.: artigos 5.º, 11.º, 20.º-22.º, 35.º-37.º).
- O sistema criado:
    - É complexo e exige alta capacidade de gestão e controlo;
    - Concentra poder excessivo em agentes administrativos sem mecanismos fortes de supervisão prática;
    - Pressupõe recursos humanos e tecnológicos inexistentes.

Se não forem tomadas medidas corretivas antes da entrada em vigor da lei, o resultado provável será:

- Inviabilização total ou parcial da aplicação do Código;
- Aumento de litígios e de ações judiciais improdutivas;
- Descredibilização do sistema de recuperação e insolvência junto de investidores nacionais e internacionais.

8. RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS

Para que o Projeto de Código de Recuperação e Insolvência tenha possibilidade real de aplicação eficaz, recomendam-se as seguintes medidas urgentes:

8.1. FASEAMENTO DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI

- Não permitir a entrada em vigor imediata de todo o Código no território nacional;
- Criar um projeto piloto com período experimental limitado a Díli (ou apenas à capital + um município piloto).
- Iniciar o processo no Tribunal de Primeira Instância em vez do BRI numa fase experimental, onde se poderá proceder á implementação deste projeto, criando desde já bons precedentes de defesa credível dos direitos do devedor e do credor com a supervisão dos juízes, que poderá depois passar para os BRI quando efetivamente criados e em funções.
- Informatizar com urgência todos os departamentos que visam o cumprimento do dever de registo, tais como: o Departamento Nacional de Terras e Propriedades e Serviços Cadastrais; a Direção Nacional de Transportes quanto ao registo de automóveis; SERVE; a Autoridade Tributária; e todos os departamentos que visam o registo obrigatório de bens móveis (navios, aviões, etc);
- Identificar todos os devedores (e credores) pelo seu NIF, uma vez que muitos cidadãos não tem Bilhete de Identidade com identificação completa do seu nome (muitos são identificados através de iniciais) e muitos não renovam o seu BI.

8.2. CRIAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO BALCÃO DE RECUPERAÇÃO E INSOLVÊNCIA (BRI)

- Antes da entrada em vigor, criar efetivamente:

- O Balcão físico do BRI (ou delegar estas funções no Tribunal de Primeira Instância)
- Um portal eletrónico mínimo funcional;

- Recrutar e formar funcionários para o BRI e para a função de ARIs;
- Regulamentar a atuação dos funcionários para o BRI, criando sistema de denuncia eficaz de abuso de poder e penalidades exemplares.
- Apostar em formação prática em:
  - Direito Processual, Direito de insolvência; Direito Administrativo
  - Gestão de ativos em crise;
  - Ética pública
  - Prevenção de conflitos de interesse e corrupção.

8.3. SIMPLIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

- Reduzir a complexidade procedimental inicial:
  - Permitir imediatamente sistemas eletrónicos transparentes e operacionais, evitando uso de sistema manual.
  - Permitir notificações por afixação eletrónica dando propriedade a estes e somente em complemento, a afixação física nos serviços públicos e sede do devedor, além de recurso a jornais e televisão.

8.4. ALARGAMENTO DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

- Permitir, de forma adaptada, a insolvência de pessoas singulares que estejam em situação de sobre-endividamento — mesmo que não sejam titulares de empresa — para evitar exclusões injustificadas e aumentar a eficácia social do Código.

8.5. ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE SUPERVISÃO E AUDITORIA

- Criar comissões de supervisão independentes (com representantes do Ministério da Justiça, setor bancário, associações empresariais) para monitorizar:
  - A atuação dos ARIs;
  - A gestão dos processos;
  - A correta aplicação das normas.

8.6. CAMPANHA NACIONAL DE INFORMAÇÃO

- Realizar campanhas públicas de esclarecimento em Tétum e outras línguas nacionais, para explicar:

- Direitos dos credores e devedores;
- Como funcionam os processos de insolvência;
- O papel do BRI e dos ARIs.
- As consequências de qualquer abuso de poder e corrupção no BRI

Fim do Relatório

Subscrito por:

Elsa Freitas
Advogada
Wong Alliance Law Office (TL) LDA

À DIPLEN
Distribuir aos deputados
e agendar 28-05-2025

PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Excelência Senhor

Presidente do Parlamento Nacional em Exercício

Alexandrinho Afonso Nunes

Data : 28 de maio de 2025

N/referência: /VI/ 2ª/2025/COM. A

Assunto: Remessa do Relatório e Parecer sobre a PPL nº. 13/VI/(1ª) -Código de Recuperação e Insolvência.

Vossa Excelência,

Para os devidos efeitos a Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça, tem a honra de remeter a V. EXcia o Relatório e Parecer sobre a PPL nº. 13/VI/(1ª) -Código de recuperação e Insolvência.

Aceite, Senhor Presidente, os nossos protestos de mais elevada estima e consideração.

O Presidente da Comissão,

Patrocínio Fernandes dos Reis